



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 122/2014

Dá nova redação ao art. 8º da Lei nº 17.639, de 31 de julho de 2013, que dispõe sobre o Programa Luz Fraterna.

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 17.639, de 31 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º As atuais unidades consumidoras beneficiadas pelo Programa Luz Fraterna e as empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição de energia elétrica devem se adequar aos requisitos previstos nesta Lei até 31 de dezembro de 2014, sob pena da perda do benefício.

Parágrafo único. Os atuais consumidores ainda não inscritos no Cadastro Único de Programas Sociais, mas que recebem o Benefício de Prestação Continuada - BPC da União Federal, terão dilação do prazo de adequação até 31 de dezembro de 2014, desde que indiquem às concessionárias, permissionárias e autorizadas o Número do Benefício - NB consignado pelo Instituto Nacional do Seguro Social, INSS.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de setembro de 2013.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2014.



ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator Paulo Sérgio



João Guimarães



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Resolução nº 2/2014

Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referente ao mês de novembro de 2013.

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, prevista na Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações contidas na Resolução nº 3, de 13 de abril de 2009, referente ao mês de novembro de 2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 9 de abril de 2014.

ALEXANDRE CURI
Presidente

Relator
Roselino



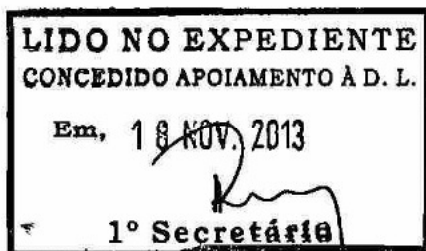
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei Nº: 640/13

Súmula: Denomina "IMACULADA CONCEIÇÃO", trevo localizado na PR-218, no Município de Paranavaí - Distrito de Graciosa.



Art. 1º - Fica denominado de "IMACULADA CONCEIÇÃO", o trevo localizado na PR-218, no Município de Paranavaí - Distrito de Graciosa.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de Novembro de 2013.

Teruo Kato

Deputado Estadual - PMDB



JUSTIFICATIVA

No município de Paranavaí, a comunidade é eminentemente católica, por esta característica ouve um clamor para que o Trevo localizado na PR-218, no Município de Paranavaí - Distrito de Graciosa fosse denominado de "Imaculada Conceição".

Devido ao valoroso trabalho, desenvolvido pelos padres Carmelitas no Seminário "IMACULADA CONCEIÇÃO", a população de Paranavaí pede que seja prestada essa homenagem. Há mais de 50 anos é desenvolvido no Seminário um trabalho de recuperação de dependentes químicos. Além disso, para melhor atender a comunidade foi firmado um convenio entre o Seminário e o município.

Pela valorização e preservação da consciência cultural e religiosa e diante do exposto, fazemos votos de que os nobres pares imbuídos do mesmo propósito unam-se na aprovação deste projeto.


Teruo Kato

Deputado Estadual - PMDB



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



PARECER AO PROJETO DE LEI 640/2013

Projeto de Lei nº 640/2013

Autor: Deputado Deputado Teruo Kato

Súmula: Denomina Imaculada Conceição o Trevo localizado na PR-218, no Município de Paranavaí - Distrito de Graciosa.

EMENTA: ROTORNO DE DILIGÊNCIA.
DONOMINAÇÃO DE TREVO.
NECESSIDADE DE AVERIGUAÇÃO DA
EXISTÊNCIA DE DENOMINAÇÃO PRÉ-
EXISTENTE. PARECER DO DER
INFORMADO QUE O TREVO NÃO
POSSUI DENOMINAÇÃO PRÉ-
EXISTENTE.
CONSTITUCIONALIDADE.
APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Teruo Kato, tem por objetivo denominar de Imaculada Conceição, o trevo localizado na PR-218, Município de Paranavaí - Distrito de Graciosa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente vale ressaltar a competência da Comissão de Constituição e Justiça, que em consonância com o disposto no artigo 33 - A, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, juridicidade, legitimidade do proponente, bem como se a técnica legislativa ora utilizada esta em conformidade com a Lei Complementar 95/1998.

O artigo 65 da CONSTITUIÇÃO DO ESTADO determina que qualquer membro da Assembleia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Além disso, a LEI ESTADUAL Nº. 8761/88 também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello

Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)



Diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme ofício da SECRETARIA ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM - DER, o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis.


Quanto à técnica legislativa utilizada, verifica-se que o projeto de lei em questão não encontra óbice na Lei Complementar 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº. 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela aprovação do presente Projeto de Lei, perante sua constitucionalidade.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PERICLES DE MELLO
RELATOR




APROVADO

25.02.14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 17 MAR. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 127 /2014

Altera a Lei nº 12.104, de 6 de abril de 1998, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 12.104, de 6 de abril de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Comunidade dos Pequenos Trabalhadores, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCILIO TURINI
Membro

Deputado ANDRE BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 127/2014

Projeto de Lei nº. 127/2014

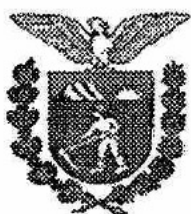
Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Anibelli Neto.

Súmula: Altera a Lei nº 12.104, de 6 de abril de 1998, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.104/1998 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “COMUNIDADE DOS PEQUENOS TRABALHADORES DE FOZ DO IGUAÇU” PARA “COMUNIDADE DOS PEQUENOS TRABALHADORES” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Anibelli Neto, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 12.104/1998. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Comunidade dos Pequenos Trabalhadores de Foz do Iguaçu, com foro e sede no Município de Foz do Iguaçu.

O projeto pretende modificar a denominação da "Comunidade dos Pequenos Trabalhadores de Foz de Iguaçu" para "Comunidade dos Pequenos Trabalhadores".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



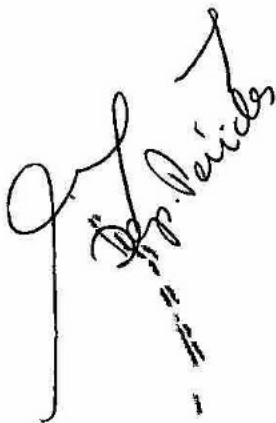
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

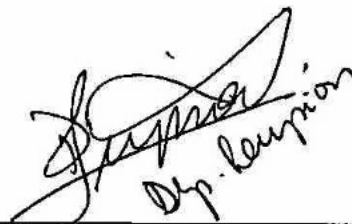
Sala das Comissões, em 01 de Abril de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


Dep. Veiclos


Dep. Tulliani


Dep. Laurian


Dep. Bastor


Dep. Máximo

APROVADO
04/04/14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 127/2014

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 127/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 12.104, de 6 de abril de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Ementa: Declara de Utilidade Pública a Comunidade dos Pequenos Trabalhadores, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu."

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Comunidade dos Pequenos Trabalhadores, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Palácio Dezenove de Dezembro, em 01 de Abril de 2014.

Deputado Fernando Scanavacca

JUSTIFICATIVA

Sugere-se a presente a fim de adequar a ementa da Lei nº 12.104, de 6 de abril de 1998, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

04/04/14



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 17 MAR. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 128 /2014

Altera a Lei nº 7.515, de 3 de novembro de 1986, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 7.515, de 3 de novembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Recanto Espírita "Somos Todos Irmãos" - RESTI, com sede e foro no Município de Maringá".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAITO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI
Membro

Deputado ANDRÉ BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 128/2014

Projeto de Lei nº. 128/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Anibelli Neto.

Súmula: Altera a Lei nº 7.515, de 3 de novembro de 1986, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 7.515/1986 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO "RECANTO SOMOS TODOS IRMÃOS" PARA "SOMOS TODOS IRMÃOS - RESTI" – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Anibelli Neto, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 7.515/1986. Súmula: Declara de Utilidade Pública o "Recanto Somos Todos Irmãos", com sede e foro em Maringá.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a denominação do "Recanto Somos Todos Irmãos" para "Somos Todos Irmãos - RESTI".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a Iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A Iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 01 de Abril de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

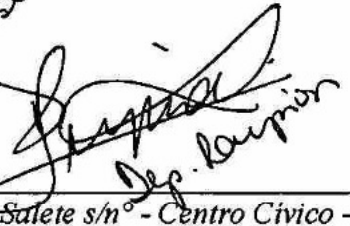

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Pericles


Dep. Pastor

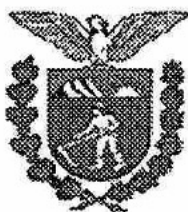

Dep. Guimaraes


Dep. Luciano


Dep. Laurion

APROVADO

01/04/14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 128/2014

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 128/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 7.515, de 3 de novembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Ementa: Declara de Utilidade Pública o Recanto Espírita "Somos Todos Irmãos" – RE\$TI, com sede e foro no Município de Maringá."

Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Recanto Espírita "Somos Todos Irmãos" – RESTI, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Palácio Dezenove de Dezembro, em 01 de Abril de 2014.

Deputado Fernando Scanavacca

JUSTIFICATIVA

Sugere-se a presente a fim de adequar a ementa da Lei nº 7.515, de 3 de novembro de 1986, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Praca Nossa Senhora do Salete s/nº - Centro Civico - Curitiba - Paraná

APROVADO

0/10414 Q.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 17 MAR. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 30 /2014

Altera a Lei nº 9.808, de 25 de novembro de 1991, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.808, de 25 de novembro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência à Mucoviscidose no Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAITO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCILIO TURINI
Membro

Deputado ANDRÉ BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 130/2014

Projeto de Lei nº. 130/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Anibelli Neto.

Súmula: Altera a Lei nº 9.808, de 25 de novembro de 1991, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 9.808/1991 - ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO "ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA Á MUCOVISCIDOSE NO PARANÁ – FIBROSE CÍSTICA" PARA "ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA Á MUCOVISCIDOSE NO PARANÁ" – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Anibelli Neto, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 9.808/1991. Súmula: Declara de Utilidade Pública a "Associação de Assistência á Mucoviscidose no Paraná – Fibrose Cística".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a denominação da "Associação á Mucoviscidose no Paraná – Fibrose Cística" para "Associação de Assistência á Mucoviscidose no Paraná".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

a) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 01 de abril de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Luciano


Dep. Pastor

Dep. Traiano


Dep. Vercillo


Dep. Sampaio

APROVADO
01/04/14 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 130/2014

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 130/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 9.808, de 25 de novembro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência à Mucoviscidose no Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba."

Art. 1º Declara de Utilidade Pública Obras a Associação de Assistência à Mucoviscidose no Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Palácio Dezenove de Dezembro, em 01 de Abril de 2014.

Deputado Fernando Scanavacca

JUSTIFICATIVA

Sugere-se a presente a fim de adequar a ementa da Lei nº 9.808, de 25 de novembro de 1991, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

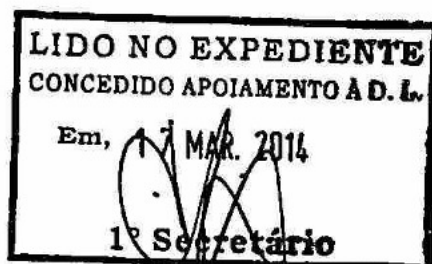
APROVADO

01/04/14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



PROJETO DE LEI Nº 131/2014

Altera a Lei nº 14.119, de 18 de setembro de 2003, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 14.119, de 18 de setembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Fundação Harry Guido Greipel, com sede no Município de Piên e foro no Município de Rio Negro".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAITO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCILIO TURINI
Membro

Deputado ANDRE BUENO
Membro

Deputado ANÍBELLI NETO
Membro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 131/2014

Projeto de Lei nº. 131/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Cantora Mara Lima.

Súmula: Altera a Lei nº 14.119, de 18 de setembro de 2003, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 14.119/2003 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “FUNDAÇÃO HOSPITALAR HARRY GUIDO GREIPEL” PARA “FUNDAÇÃO HARRY GUIDO GREIPEL” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Cantora Mara Lima, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 14.119/2003. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Fundação Hospitalar Harry Guido Greipel, com sede no Município de Piên e Foro no Município de Rio Negro.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a denominação da "Fundação Hospitalar Harry Guido Greipel" para "Fundação Harry Guido Greipel".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando este entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 01 de abril de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR

APROVADO
01/04/14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 131/2014

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 131/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 14.119, de 18 de setembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Ementa: Declara de Utilidade Pública a Fundação Harry Guido Greipel, com sede no Município de Piên e foro no Município de Rio Negro."

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Fundação Harry Guido Greipel, com sede no Município de Piên e foro no Município de Rio Negro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Palácio Dezenove de Dezembro, em 01 de Abril de 2014.

Deputado Fernando Scanavacca

JUSTIFICATIVA

Sugere-se a presente a fim de adequar a ementa da Lei nº 14.119, de 18 de setembro de 2003, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Praça Nossa Senhora da Salé s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

01/04/14



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 614

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 08 ABR. 2014

1º Secretário

Aprova o Relatório Final da Comissão Especial para análise de mudanças no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.


Art. 1º Fica aprovado o Relatório Final da Comissão Especial para análise de mudanças no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, constituída pelo Ato do Presidente nº 21/2013, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 503, de 10 de setembro de 2013, suas conclusões e encaminhamentos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 2014.


Deputado PEDRO LUPION

Presidente da Comissão Especial


Deputado PASTOR EDSON PRACZYK

Relator da Comissão Especial



JUSTIFICATIVA

A presente Proposição tem por objetivo dar cumprimento ao inciso I do art. 38, Regimento Interno desta Assembleia ao apresentar, para ser apreciado e votado pelos nobres Parlamentares, o Relatório Final da Comissão Especial para análise de mudanças no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

A referida Comissão Especial foi proposta por Requerimento do Deputado Pedro Lupion, protocolado sob o nº 7635/2013-DAP, de 2 de setembro de 2013 e constituída pelo Ato do Presidente nº 21/2013, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 503, de 10 de setembro de 2013.



Em, 07 ABR. 2014

1º Secretário

RELATÓRIO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DE MUDANÇAS NO
REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Em dois de setembro de dois mil e treze, em Sessão Ordinária, foi aprovado o Requerimento protocolizado sob nº 7635 - DAP, de autoria do Deputado Pedro Lupion, requerendo a constituição de Comissão Temporária Especial para Análise de Mudanças no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Na Sessão Ordinária de quatro de setembro de dois mil e treze foi lido no Expediente o Comunicado do Presidente solicitando aos senhores Líderes a indicação dos membros da Comissão Especial, em número de sete.

Com a indicação dos Líderes foi editado o Ato do Presidente nº 21, de 9 de setembro de 2013, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 503, de 10 de setembro de 2013, com a seguintes composição da Comissão Especial:

PARTIDO	DEPUTADO TITULAR	DEPUTADO SUPLENTE
PMDB	CAÍTO QUINTANA	TERUO KATO
PMDB	NEREU MOURA	WALDYR PUGLIESI
PSDB	BERNARDO CARLI	NELSON GARCIA
DEMOCRATAS	PEDRO LUPION	NELSON JUSTUS
PT	TADEU VENERI	ENIO VERRI
PRB/PSB/PSC	PASTOR EDSON	WILSON QUINTEIRO
PP/PV/PSL	RASCA RODRIGUES	BELINATI

Em quatro de dezembro de 2013 o Líder do PSDB, através do Requerimento protocolizado sob nº 10.513-DAP, solicitou a substituição do Deputado Bernardo Carli pelo **Deputado Alceu Maron Filho**.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa



Em doze de fevereiro de 2014 o Líder do Bloco PP/PV/PSL, através do Requerimento nº 574-DAP, solicitou a substituição do suplente Deputado Belinati pelo Deputado Adelino Ribeiro.

Em vinte e cinco de setembro de 2013 foi instalada a Comissão Especial para análise das propostas de alteração do Regimento Interno. Nessa oportunidade foi eleito Presidente da Comissão o Deputado Pedro Lupion e Relator o Deputado Pastor Edson Praczyk. A Ata foi publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 520, de 7 de outubro de 2013.

A **segunda reunião** da Comissão Especial foi realizada em vinte e três de outubro de 2013, cuja Ata foi publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 537, de 30 de outubro de 2013. Nessa reunião foram discutidos métodos de trabalho e a necessidade de todos os membros e respectivas assessorias receberem o arquivo do Regimento Interno a ser discutido nas reuniões.

A **terceira reunião** da Comissão Especial foi realizada em 30 de outubro de 2013, cuja Ata foi publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 541, de 6 de novembro de 2013. Nessa reunião foram discutidos os artigos 5º ao 32, destacando-se a composição da Mesa da Assembleia, a questão da reeleição e da data da eleição da Mesa para as terceira e quarta sessões legislativas. Discutiu-se também a necessidade da Comissão de Constituição e Justiça ter dois Vice-Presidentes, o que foi aprovado pelos membros da Comissão Especial. As Comissões Permanentes também foram reestruturadas a fim de que temas afins fiquem melhor definidos nas atribuições dessas Comissões.

A **quarta reunião** da Comissão Especial foi realizada em seis de novembro de 2013, cuja Ata foi publicada no Diário Oficial nº 550, de 20 de novembro de 2013. Nessa reunião foi discutida a nova composição das Comissões, tema cuja discussão foi iniciada na terceira reunião. Iniciou-se, também, nessa reunião a discussão sobre o processo de tramitação das



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa



proposições nas Comissões, especialmente na Comissão de Constituição e Justiça.

A **quinta reunião** da Comissão Especial foi realizada em 20 de novembro de 2013, cuja Ata foi publicada no Diário Oficial da Assembleia Legislativa nº 555, de 28 de novembro de 2013. Foram discutidos nessa reunião os artigos 34, 35 e 57, reduzindo-se o número de comissões permanentes e reestruturando a divisão de competências entre as mesmas. Discutiu-se também as regras para o funcionamento de Comissões Parlamentares de Inquérito, especialmente o que diz respeito ao efetivo funcionamento dessas comissões temporárias. Incluiu-se prazo para a entrega dos relatórios finais, haja vista que muitas comissões temporárias são encerradas e não apresentam o relatório final. Foi também incluído prazo para que a presidência encaminhe as conclusões do relatório final.

A **sexta reunião** da Comissão Especial foi realizada em vinte e sete de novembro de 2013, cuja Ata foi publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 557, de 2 de dezembro de 2013. Nessa reunião discutiu-se dos artigos 64 ao 104, conforme pauta apresentada pelo Presidente da Comissão.

A **sétima reunião** da Comissão Especial foi realizada em dois de dezembro de 2013, cuja ata foi publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 559, de 4 de dezembro de 2013. Conforme pauta apresentada pelo Presidente da Comissão foram discutidos os artigos 105 ao 129.

A **oitava reunião** da Comissão Especial foi realizada em quatro de dezembro de 2013, cuja ata foi publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 569, de 18 de dezembro de 2013. Discutiu-se nessa reunião a questão da transformação do Plenário em Comissão Geral, decidindo-se por eliminar essa possibilidade do Regimento Interno. Foram discutidos ainda artigos que tratam da ordem interna.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa



A **nona reunião** da Comissão Especial foi realizada em dezoito de dezembro de 2013, cuja ata foi publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 594, de 17 de fevereiro de 2014. Nessa oportunidade, foram discutidos os artigos cento e trinta ao cento e quarenta. Foi determinado também a elaboração de novo texto para o parágrafo quinto do artigo cento e vinte e seis do Regimento Interno. Estabeleceu-se procedimento mais claro para as retificações de ata e prazos para recursos em função desse procedimento. A anexação de proposições similares foi deliberada, criando-se procedimento em função dos inúmeros problemas que a omissão do atual Regimento Interno criava. Foi determinado, ainda, que as justificativas de proposições devem ser feitas por escrito. O atual Regimento Interno, em alguns artigos, abria a possibilidade para fundamentações verbais, mas havia em outros artigos a exigência da justificativa. Essa contradição foi eliminada com a aprovação do parágrafo primeiro do artigo cento e quarenta, exigindo-se a fundamentação por escrito das proposições.

Na Sessão Ordinária de 11 de fevereiro de 2014 foi aprovado o Requerimento protocolizado sob nº 511-DAP, prorrogando o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial, previsto para dia 19 de fevereiro de 2014, ficando prorrogado para dia 21 de abril de 2014.

A **décima reunião** da Comissão Especial foi realizada em dezessete de fevereiro de 2014, cuja ata foi publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 596, de 19 de fevereiro de 2014. Foram inseridas disposições no Regimento Interno normatizando a renúncia de Deputado no período de recesso, no artigo 85, bem como, existindo retificação de ata, esta será republicada na íntegra, já com o texto retificado. Foram deliberadas alterações nos artigos cento e quarenta e cento e quarenta e seis. O Deputado Tadeu Veneri apresentou sugestões para alterar o processo relativo ao Regime de Urgência, sendo distribuído o texto aos demais membros para conhecimento e discussão na próxima reunião. Foram deliberadas alterações no artigo duzentos e três, relativo ao processo de Redação Final das proposições. Foram discutidas as alterações até o artigo duzentos e quarenta e três do Regimento Interno.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa



A **décima primeira reunião** da Comissão Especial foi realizada em dezenove de fevereiro de 2014, cuja ata foi publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 599, de 24 de fevereiro de 2014. Nessa oportunidade foi excluída do Regimento o Capítulo XII que trata da criação, incorporação, fusão e demembramento de municípios, considerando a falta de autorização legal para que essa competência seja exercida pela Assembleia. Todo o Capítulo relativo à Comissão de Ética foi remodelado, conforme sugestão do Deputado Pastor Edson Praczyk. Foi aprovada também a disposição que remete ao arquivo as proposições de Deputado que renunciar ao mandato. Foi discutida e aprovada a sugestão para as reuniões do Colégio de Líderes que, regulamentando o alcance das decisões dos Líderes, em conjunto com o Presidente da Casa. Conforme sugestão da Comissão de Orçamento, foi reformulado o procedimento de análise das peças orçamentárias, considerando que atualmente o processo é totalmente digital. Nessa reunião foram estabelecidas normas para a entrega do relatório final das comissões parlamentares de inquérito, estabelecendo prazos e quais os documentos devem ser entregues à Mesa.

A **décima segunda reunião** da Comissão Especial foi realizada em vinte e quatro de fevereiro de 2014, cuja ata foi publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 608, de 12 de março de 2014. Nessa oportunidade foi excluída. Nessa fase dos trabalhos da Comissão, deliberou-se por retornar a diversos pontos do Regimento Interno que ficaram pendentes. Aprovou alteração no artigo sexto, nos artigos dez, onze, treze, dezessete, vinte e dois. Foi deliberado que os Atos da Comissão Executiva devem ser publicados sempre com as três assinaturas. Foram aprovadas alterações nos artigos vinte e três, vinte e quatro, cinquenta e cinco. Foram estabelecidos diversos prazos, haja vista que existiam deliberações, mas não havia prazo para cumprimento das mesmas. Foram aprovadas, ainda, alterações nos artigos sessenta e nove, noventa e quatro, cento e quatro. Foi excluída do regimento a possibilidade de realização de sessões secretas. Nessa reunião foi deliberada mais uma vez alterações quanto à tramitação do Requerimento de Urgência, ficando a aprovação do texto final para a próxima reunião.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa



A **décima terceira reunião** da Comissão Especial foi realizada em doze de março de 2014, cuja ata foi publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 621, de 31 de março de 2014. Nessa reunião foi alterada a redação do artigo 11 do Regimento, que trata dos casos de dissolução de blocos parlamentares. Foi deliberada também a redação do art. 49, que trata de Comissão Permanente e o art. 98, versando sobre a inscrição de oradores no Grande Expediente das Sessões Ordinárias. Foram reformuladas as normas para o pedido de Regime de Urgência na tramitação de proposições, adequada a redação de artigos que tratam da Comissão de Orçamento. Foi tratado, ainda, dos projetos de código. Iniciou-se a discussão do Capítulo do Decoro Parlamentar e Código de Ética. Foi sugerida também mudança para o processo de votação secreta no único caso previsto no Regimento, que é a eleição de Conselheiro do Tribunal de Contas.

A **décima quarta reunião** da Comissão Especial foi realizada em trinta e um de março de 2014, cuja ata foi publicada no Diário Oficial da Assembleia nº 623, de 2 de abril de 2014. Nessa oportunidade foi discutida a regulamentação do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Considerando as dúvidas levantadas pelo Deputado Nereu Moura, o Presidente, Deputado Pedro Lupion determinou a impressão do texto relativo ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a análise dos membros da Comissão, marcando outra reunião para o dia 2 de abril, destinada à conclusão dos trabalhos.

A **décima quinta reunião** da Comissão Especial foi realizada em dois de abril de 2014, cuja ata foi publicada no Diário Oficial da Assembleia de 3 de abril de 2014. Nessa oportunidade foi discutida a regulamentação do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Foram encerrados os trabalhos e aprovado este Relatório Final da Comissão Especial.

CONCLUSÕES



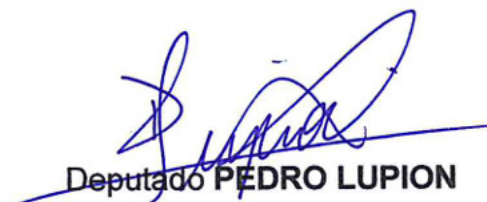
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa



Finalizado o trabalho da Comissão Especial destinada a analisar propostas de reformas no Regimento Interno, elaborou-se Projeto de Resolução com o novo Regimento Interno, que integra este Relatório Final na forma de Anexo.

A Comissão Especial encaminha o Projeto de Resolução para análise da Comissão Executiva, conforme determina o Regimento Interno, acompanhado de todas as Atas das reuniões, acompanhadas da publicação no Diário Oficial da Assembleia.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2014.


Deputado **PEDRO LUPION**
PRESIDENTE


Deputado **PASTOR EDSON PRACZYK**
RELATOR


Deputado **CAIO QUINTANA**
MEMBRO

Deputado **NEREU MOURA**
MEMBRO


Deputado **RASCA RODRIGUES**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa

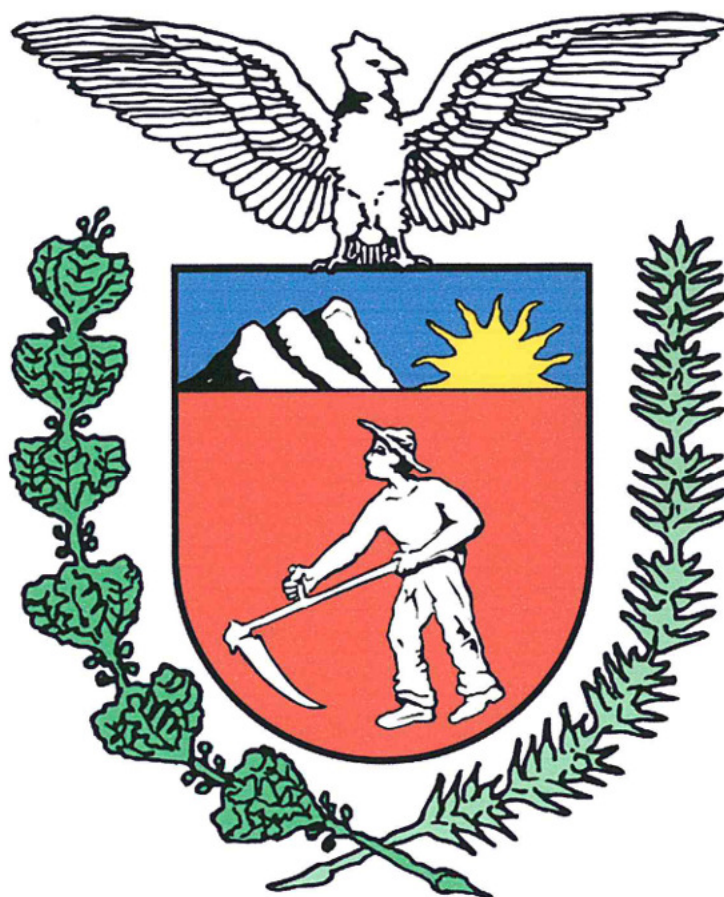



Deputado **ALCEU MARON FILHO**
MEMBRO


Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO

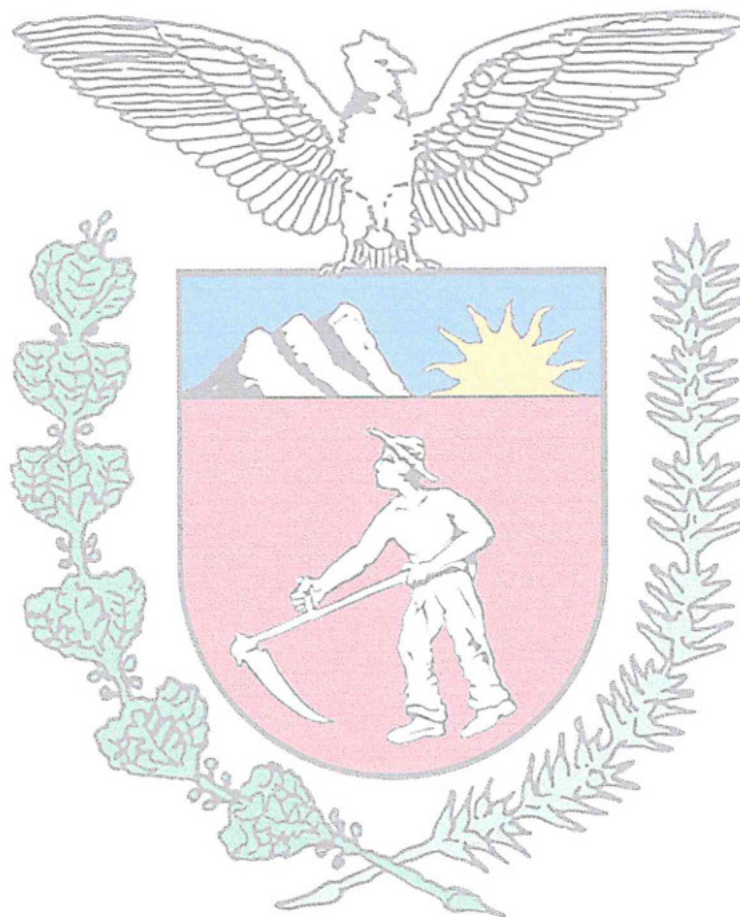
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Regimento Interno



**Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná**

REGIMENTO INTERNO
4ª Sessão Legislativa
17ª Legislatura
2014





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa

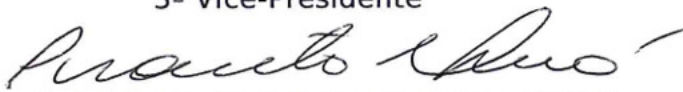
MESA DA ASSEMBLEIA


Deputado Valdir Rossoni (PSDB)
Presidente

Deputado Artagão Júnior (PMDB)
1º Vice-Presidente

Deputado Douglas Fabricio (PPS)
2º Vice-Presidente

Deputado Nelson Luersen (PDT)
3º Vice-Presidente


Deputado Plauto Miró Guimarães Filho (DEM)
1º Secretário

Deputado Ademir Bier (PMDB)
2º Secretário

Deputado Gilson de Souza (PSC)
3º Secretário

Deputado Gilberto Ribeiro (PSB)
4º Secretário

Deputado Stephanes Junior (PMDB)
5º Secretário

Resolução nº , de de 2014.

Aprova o Regimento Interno da
Assembleia Legislativa do Estado.

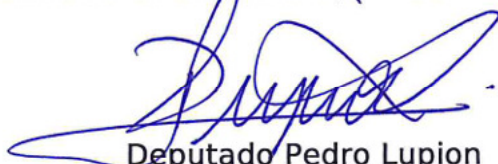
Art. 1º O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná passa a vigorar com o texto anexo em 1º de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga:

- I - Resolução nº 1, de 1º de março de 2005;
- II – Resolução nº 3, de 28 de abril de 2011;
- III – Resolução nº 4, de 28 de abril de 2011;
- IV – Resolução nº 5, de 28 de abril de 2011;
- V – Resolução nº 17, de 15 de dezembro de 2011;
- VI – Resolução nº 6, de 14 de junho de 2012;
- VII – Resolução nº 3, de 29 de abril de 2013;
- VIII – Resolução nº 7, de 3 de junho de 2013 e
- IX – Resolução nº 12, de 12 de setembro de 2013.

Palácio Dezenove de Dezembro, de de 2014.




Deputado Pedro Lupion

Presidente da Comissão Especial para mudança no Regimento Interno




Deputado Pastor Edson Praczyk
Relator

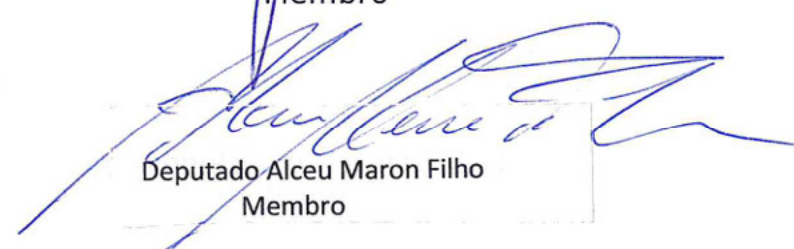


Deputado Caito Quintana
Membro

Assembleia Legislativa
Regimento Interno

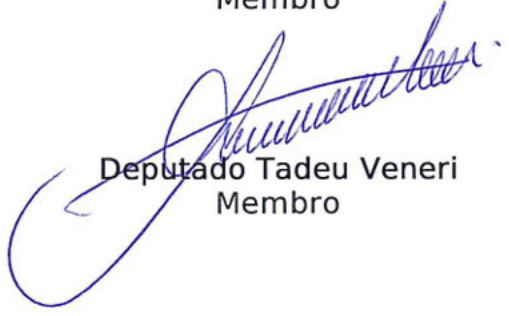


Deputado Nereu Moura
Membro



Deputado Alceu Maron Filho
Membro

Deputado Rasca Rodrigues
Membro



Deputado Tadeu Veneri
Membro

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº /2014

REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I Da Sede

Art. 1º A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com sede na Capital do Estado, está instalada no Palácio Dezenove de Dezembro, integrante do Centro Legislativo Anibal Khury.

Parágrafo único. Havendo motivo relevante, ou de força maior, a Assembleia Legislativa poderá, por deliberação da Mesa, reunir-se em outro edifício ou em ponto diverso do território estadual.

Seção II Das Sessões Legislativas

Art. 2º A Assembleia reunir-se-á durante as sessões legislativas:

I - ordinárias, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro;

II - extraordinárias, quando as mesmas forem convocadas.

- *Constituição Estadual - art. 61*

§ 1º As reuniões marcadas para as datas a que se refere o inciso I serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em sábados, domingos e feriados.

§ 2º A primeira e a terceira sessões legislativas ordinárias de cada legislatura serão precedidas de sessões preparatórias.

§ 3º A sessão legislativa ordinária não será interrompida em 17 de julho enquanto não for aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 4º Convocada extraordinariamente, a Assembleia Legislativa somente deliberará sobre matéria objeto da convocação, vedado o pagamento a Deputados, a qualquer título, pela realização dessas sessões.

• *Constituição Estadual - § 5º do art. 61*

Seção III Das Sessões Preparatórias

Subseção I Da Posse

Art. 3º O candidato diplomado Deputado Estadual deverá apresentar à Mesa, pessoalmente ou através de seu partido, até 31 de janeiro do ano de instalação de cada legislatura, o diploma expedido pela Justiça Eleitoral, juntamente com a comunicação de seu nome parlamentar e legenda partidária.

§ 1º O nome parlamentar compor-se-á de dois elementos: um prenome e o nome, dois nomes ou dois prenomes; salvo, a juízo do Presidente, quando houver necessidade de evitar contradições.

§ 2º Caberá à 1ª Secretaria organizar a relação dos Deputados diplomados, que deverá estar concluída antes da instalação da sessão de posse.

§ 3º A relação será feita na ordem alfabética dos nomes parlamentares, com as respectivas legendas partidárias.

Art. 4º O Deputado apresentará ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ao assumir o mandato, para efeito de posse, e noventa dias antes das eleições, no último ano de cada legislatura, declaração de bens e fontes de renda e passivos, incluindo todos os passivos de sua própria responsabilidade, de seu cônjuge ou de pessoas jurídicas por ele direta ou indiretamente controladas.

Art. 5º No dia 1º de fevereiro do primeiro ano de cada legislatura, às quinze horas, os Deputados Estaduais diplomados reunir-se-ão na sede da Assembleia Legislativa do Estado em sessão preparatória para a posse e a instalação da legislatura.

• *Constituição Estadual - Art. 61*

§ 1º Assumirá a direção dos trabalhos o último Presidente se reeleito Deputado e, na sua falta, o Deputado mais idoso dentre os de maior número de legislaturas.

§ 2º Aberta a sessão, o Presidente convocará dois Deputados, de preferência de partidos diferentes, para servirem de Secretários e proclamará os nomes dos Deputados, constantes da relação a que se refere o § 2º do art. 3º deste Regimento.

§ 3º A Mesa da sessão preparatória declarará instalada a legislatura e, com a relação nominal de Deputados, tomará o compromisso solene dos mesmos, obedecendo-se as seguintes formalidades: de pé todos os presentes, o Presidente proferirá a seguinte declaração:

"Prometo manter, defender e cumprir a Constituição do Brasil e a Constituição do Estado do Paraná e observar as leis, desempenhando lealmente o mandato que me foi confiado pelo povo paranaense e promovendo o bem de meu Estado".

Ato contínuo, será feita a chamada pelo Presidente e cada Deputado, em pé, ratificará o compromisso de posse dizendo: *"Assim o Prometo"* e assinará o termo de posse.

§ 4º O conteúdo do compromisso e o ritual de sua prestação não poderão ser modificados, o compromissado não poderá apresentar, no ato, declaração oral ou escrita nem ser o Deputado empossado através de procurador.

§ 5º Quando algum Deputado tomar posse em sessão posterior àquela em que foi prestado o compromisso geral, ou vier a suceder ou a substituir outro, nos casos previstos neste Regimento, o Presidente nomeará Comissão para recebê-lo e acompanhá-lo até a Mesa, quando, antes de empossá-lo, tomar-lhe-á compromisso regimental, seguido da assinatura do termo de posse.

§ 6º Durante o recesso da Assembleia Legislativa a posse será perante o Presidente, com o compromisso regimental e a assinatura do termo de posse.

§ 7º Salvo motivo de força maior ou enfermidade devidamente comprovada, a posse dar-se-á no prazo de quinze dias, prorrogável por igual tempo a requerimento do interessado, contado:

I - da primeira sessão preparatória para instalação da primeira sessão legislativa da legislatura;

II - da diplomação, se eleito Deputado durante a legislatura;

III - da ocorrência do fato que a ensejar, por convocação do Presidente.

§ 8º Tendo prestado o compromisso uma vez, o suplente de Deputado fica dispensado de fazê-lo em convocações subsequentes.

§ 9º O Presidente fará publicar no Diário da Assembleia a relação de Deputados, em ordem alfabética pelo nome parlamentar, com as respectivas legendas partidárias, com as modificações posteriores, que servirá para o registro do comparecimento e verificação do quórum necessário à abertura da sessão, para a composição das Comissões, bem como para as votações.

Subseção II Da Eleição da Mesa

Art. 6º A Mesa da Assembleia é o órgão colegiado diretor dos trabalhos legislativos e administrativos.

§ 1º Na segunda sessão preparatória da primeira sessão legislativa, às quinze horas do dia dois de fevereiro, sempre que possível sob a direção da Mesa da sessão anterior e nos termos do § 1º do art. 4º deste Regimento, realizar-se-á a eleição simultânea do Presidente, dos dois Vice-Presidentes e dos três Secretários.

• *Ato da Comissão Executiva nº 1.262/2012*

§ 2º A eleição do Presidente importará a dos Vice-Presidentes e dos Secretários com ele inscritos para a composição da Mesa.

§ 3º Depois de proclamar os eleitos, o Presidente das primeiras sessões dará por finalizada sua incumbência.

• *Constituição Estadual - art. 54*

Art. 7º Os membros da Mesa terão mandato de dois anos e na sua composição será observada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares formados até o dia da posse, no início de cada legislatura, vedada a recondução para os cargos da Comissão Executiva.

Parágrafo único. Não se considera recondução a eleição para o mesmo cargo em legislaturas diferentes, ainda que sucessivas.

Art. 8º A eleição da Mesa para as terceira e quarta sessões legislativas ocorrerá na primeira semana do mês de dezembro da segunda sessão legislativa, em horário regimental e com o prazo de dois dias para o registro das candidaturas, contado da data da convocação.

Parágrafo único. O Presidente fará a convocação para a eleição de que trata o *caput* deste artigo com antecedência de cinco dias.

Art. 9º A eleição dos membros da Mesa far-se-á por meio de votação nominal, utilizando-se o painel eletrônico de votação, exigida a maioria absoluta de votos.

§ 1º Não obtida a maioria absoluta, o processo de votação será renovado, com as duas chapas mais votadas, exigindo-se, em segundo escrutínio, a maioria simples de votos, presente a maioria dos Deputados.

§ 2º Em caso de empate no segundo escrutínio, será considerada eleita a chapa que for encabeçada pelo candidato a Presidente que conte com o maior número de legislaturas e, se ainda assim persistir o empate, a chapa eleita será aquela encabeçada pelo candidato mais idoso.

Art. 10. Ocorrendo a vacância de qualquer cargo da Mesa, o preenchimento do mesmo será da seguinte forma:

I - no cargo de Presidente, assume o 1º Vice-Presidente;

II - no cargo de 1º Vice-Presidente, assume o 2º Vice-Presidente, realizando-se eleição para o preenchimento deste último cargo; e

III - em cargo de Secretário, a substituição será feita pela ordem, realizando-se eleição para a 3ª Secretaria.

Parágrafo único. As eleições de que tratam os incisos II e III deste artigo serão realizadas no prazo de cinco sessões ordinárias, a contar da data da vacância, observado no que couber, o procedimento previsto para a eleição da Mesa.

Seção IV Das Bancadas e Dos Blocos Parlamentares

Art. 11. As representações partidárias eleitas em cada legislatura constituir-se-ão por bancadas.

§ 1º As representações de dois ou mais partidos, por deliberação das respectivas bancadas, poderão constituir blocos parlamentares, sob liderança comum.

§ 2º O bloco parlamentar terá o tratamento dispensado por este Regimento às organizações partidárias com representação na Casa.

§ 3º As lideranças dos partidos que formarem bloco parlamentar perdem suas prerrogativas regimentais.

§ 4º Não será admitida a formação de bloco parlamentar composto de menos de quatro Deputados.

§ 5º Se o desligamento de uma bancada implicar a perda do número mínimo fixado no § 4º deste artigo, extingue-se o bloco parlamentar.

§ 6º O bloco parlamentar tem existência circunscrita à legislatura, devendo o ato de sua criação e as alterações posteriores serem apresentados à Mesa para registro e publicação.

§ 7º O requerimento de requisição de liderança partidária ou bloco parlamentar integrado por partido novo deve vir acompanhado de certidão da Justiça Eleitoral atestando o registro e regular funcionamento do novo partido.

Art. 12. A agremiação que integrava o bloco parlamentar dissolvido, ou a que se desvincular, não poderá constituir ou integrar outro na mesma sessão legislativa.

§ 1º No caso de renúncia ou de cassação de mandato de parlamentar que importar para o bloco a perda do número mínimo de funcionamento, os Deputados remanescentes têm até trinta dias, contados da renúncia ou da data da cassação do mandato, para se reorganizar em novo bloco.

§ 2º Decorrendo o prazo mencionado no § 1º deste artigo sem que os parlamentares ingressem em novo Bloco, só poderão fazê-lo na sessão legislativa seguinte.

§ 3º A agremiação integrante de bloco parlamentar não poderá fazer parte de outro concomitantemente.

Seção V Dos Líderes

Art. 13. Os Deputados serão agrupados por representações partidárias ou blocos parlamentares, cabendo-lhes escolher o líder quando a representação for igual ou superior a quatro Deputados.

§ 1º Cada líder poderá indicar dois vice-líderes.

§ 2º A escolha de líder e vice-líderes será comunicada à Mesa, no início de cada legislatura, ou após a criação do bloco parlamentar, em documento subscrito pela maioria dos integrantes da representação.

§ 3º Os líderes permanecerão no exercício de suas funções até que nova indicação venha a ser feita pela respectiva representação.

§ 4º O partido com bancada inferior a três Deputados não terá liderança, mas poderá expor a sua posição quando da votação de proposições, ou fazer uso da palavra uma vez por semana, por dez minutos, durante o período destinado às comunicações de lideranças.

§ 5º Os líderes e vice-líderes não poderão integrar a Mesa.

Art. 14. O líder, além de outras atribuições regimentais, tem as seguintes prerrogativas:

I - usar da palavra, a qualquer momento da sessão, em comunicação urgente, excetuando-se o período da Ordem do Dia, quando as comunicações versarão apenas sobre a matéria em debate e votação;

II - fazer uso da palavra, pessoalmente ou por vice-líderes, em defesa da respectiva linha política, no período das comunicações de lideranças;

III - participar, pessoalmente ou por vice-líderes, dos trabalhos de qualquer Comissão de que não seja membro, sem direito a voto, mas podendo encaminhar a votação ou requerer a verificação desta;

IV - indicar à Mesa os membros da bancada para compor as Comissões e, a qualquer tempo, substituí-los.

Parágrafo único. Cada líder de bancada terá direito a uma comunicação urgente por sessão plenária, podendo delegar a um dos liderados a incumbência de fazê-la, desde que se trate de assunto de interesse da bancada.

Art. 15. O Governador do Estado e os Deputados pertencentes à bancada da oposição com assento no Poder Legislativo poderão indicar Deputados para exercerem a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição, respectivamente, compostas de líder e dois vice-líderes, com prerrogativas regimentais constantes nos incisos de I a III do art. 13 deste Regimento.

Parágrafo único. No horário das lideranças, os Líderes do Governo e da Oposição poderão fazer o uso da palavra por dez minutos, improrrogáveis.

Art. 16. O Colégio de Líderes será convocado pelo Presidente quinzenalmente para discutir matérias em tramitação na Assembleia e as suas decisões conjuntas deverão ser lavradas em ata.

§ 1º Os líderes ficam encarregados de distribuir aos respectivos liderados cópia da ata contendo as decisões conjuntas do Colégio de Líderes e da Presidência.

§ 2º A maioria dos líderes pode dispensar a realização da reunião ou convocá-la em casos extraordinários, caso o Presidente não o faça.

§ 3º As decisões do Colégio de Líderes serão tomadas por maioria.

CAPÍTULO II DOS ÓRGÃOS DA ASSEMBLEIA

Seção I Da Mesa

Art. 17. A Mesa, órgão diretivo dos trabalhos da Assembleia Legislativa, é composta de Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário e 3º Secretário.

§ 1º Nas suas faltas e impedimentos, o Presidente será substituído pelo 1º Vice-Presidente e, na sua ausência ou impedimento, pelo 2º Vice-Presidente; o 1º Secretário será substituído pelo 2º Secretário e, na sua ausência ou impedimento, pelo 3º Secretário.

§ 2º Durante a sessão, o Presidente poderá passar a presidência aos Secretários, na ordem numérica, quando ausentes os Vice-Presidentes.

§ 3º A convite do Presidente, verificada a ausência dos titulares, qualquer Deputado poderá assumir as funções de Secretário.

§ 4º Nenhum membro da Mesa poderá deixar sua cadeira sem que possa ser substituído imediatamente.

§ 5º Perderá o lugar na Mesa o Deputado que deixar de comparecer a cinco sessões ordinárias consecutivas sem causa justificada.

Art. 18. As Mesas eleitas para as primeira e terceira sessões legislativas servirão também nas extraordinárias e em todas as prorrogações.

Parágrafo único. As funções dos membros da Mesa da Assembleia somente cessarão:

I - ao findar a legislatura, no início das sessões preparatórias da legislatura seguinte;

II - nos demais anos de legislatura, com uma nova eleição e posse da Mesa.

Art. 19. Os membros efetivos da Mesa, bem como os Vice-Presidentes, não poderão fazer parte de qualquer Comissão Permanente ou Especial.

Art. 20. À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

I - dirigir os trabalhos legislativos;

II - administrar a Assembleia Legislativa;

III - iniciar o processo legislativo nos seguintes casos:

a) fixação da remuneração de seus membros, do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado, observadas as regras da Constituição do Estado do Paraná;

b) organização dos serviços administrativos;

c) criação, transformação e extinção de cargos e funções dos serviços da Assembleia e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IV - apresentar à Assembleia, na sessão de encerramento do ano legislativo, resenha dos trabalhos realizados, precedida de sucinto relatório;

V - promover a realização de campanhas educativas e divulgações permanentes, bem como adotar as medidas adequadas para a promoção e valorização do Poder Legislativo, com o objetivo de fortalecer as instituições democráticas;

VI - iniciar o processo de perda de mandato de Deputado Estadual, nos casos dispostos nos incisos I, II e IV do art. 55 da Constituição Federal e do art. 59 da Constituição Estadual;

VII - declarar perda de mandato de Deputado Estadual nas situações aludidas nos incisos III, IV e V do art. 55 da Constituição Federal, observando o disposto no § 3º desse mesmo artigo bem como os termos constantes do parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

VIII - encaminhar ao Plenário, ouvido o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, proposta de sustação de processo criminal contra Deputado, na forma do § 3º do art. 53 da Constituição Federal;

IX - emitir parecer e expedir resolução da Mesa ou elaborar projeto de resolução sobre pedidos de licença de Deputados;

X - propor ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, frente à Constituição Federal e de lei ou ato normativo estadual ou municipal frente à Constituição Estadual, de ofício ou por deliberação do Plenário;

XI - conferir caráter jurídico-normativo aos pareceres da Procuradoria da Assembleia, tornando-os cogentes para a administração;

XII - expedir atos referentes a pessoal, podendo delegar competências;

XIII - expedir resolução da Mesa com objetivo de regulamentar o funcionamento dos serviços administrativos do Poder Legislativo;

XIV - decidir, em grau de recurso, as questões relativas a pessoal e aos serviços administrativos da Assembleia;

XV - aprovar a proposta orçamentária da Assembleia;

XVI - requisitar ao Tribunal de Contas do Estado informações;

XVII - fixar as diretrizes para divulgação das atividades do Poder Legislativo;

XVIII - estabelecer a denominação dos espaços físicos da Assembleia Legislativa;

XIX- administrar e aparelhar a polícia e serviços de segurança da Assembleia;

XX - encaminhar aos outros poderes e outras autoridades requerimentos de informações;

XXI - promulgar emendas à Constituição;

XXII - homologar a constituição de Comissões Provisórias;

XXIII - realizar, pelos meios impresso e digital, a prestação mensal e pormenorizada das contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Subseção I Do Presidente

Art. 21. O Presidente é o representante da Assembleia quando esta houver de se enunciar coletivamente, o regulador dos seus trabalhos e o fiscal da sua ordem, em conformidade com este Regimento.

Art. 22. São atribuições do Presidente, dentre outras expressas neste Regimento:

I - dirigir e representar a Assembleia;

II - presidir as sessões plenárias da Assembleia;

III - abrir e encerrar as sessões, manter a ordem e fazer observar o Regimento;

IV - fazer ler, quando necessário, o expediente pelo 1º Secretário, inclusive as mensagens e correspondências do Poder Executivo e Judiciário;

V - conceder a palavra aos Deputados nos termos deste Regimento;

VI - dar posse aos Deputados;

VII - convidar o orador a declarar, previamente, se vai falar a favor ou contra a proposição em discussão;

VIII - interromper o orador que se desviar da questão, faltar com a consideração aos poderes constituídos, advertindo-o, chamando-o à ordem e retirando-lhe a palavra;

IX - chamar a atenção do orador, ao terminar a hora do expediente e da Ordem do Dia, ou quando se esgotar o tempo a que tem direito de ocupar a tribuna;

X - anunciar a Ordem do Dia e o número de Deputados presentes;

XI - submeter à discussão e à votação a matéria assim destinada;

XII - estabelecer o ponto da questão sobre o qual devam ser feitas as votações;

XIII - anunciar o resultado da votação;

XIV - nomear, por autorização da Assembleia, Comissões Externas;

XV - designar, de acordo com a indicação partidária, substitutos para membros das Comissões, em suas vagas ou em seus impedimentos;

XVI - promover e regular a publicação dos debates, de todos os trabalhos e atos da Assembleia, bem como das proposições promulgadas;

XVII - não permitir a publicação de expressões e conceitos vedados pelo Regimento;

XVIII - organizar e designar a Ordem do Dia seguinte;

XIX - informar à Assembleia qualquer questão de ordem ou de prática parlamentar;

XX - suspender a sessão, deixando a cadeira da Presidência, quando as circunstâncias o exigirem;

XXI - levantar a sessão;

XXII - assinar todas as resoluções, mensagens e atos da Assembleia;

XXIII - assinar a correspondência destinada ao Governador, ao Tribunal de Justiça do Estado, ao Tribunal Eleitoral, ao Tribunal de Contas e às Assembleias de outros Estados;

XXIV - convocar sessões extraordinárias;

XXV - presidir a Comissão Executiva, tomar parte nas suas discussões e deliberações com direito a voto e assinar os respectivos atos em conjunto com o primeiro e segundo secretários;

XXVI - substituir, nos termos da Constituição, o Governador do Estado;

XXVII - promulgar leis, resoluções e emendas à Constituição;

XXVIII - resolver todas as questões de ordem que ocorram durante as sessões;

XXIX - resolver sobre requerimentos que lhe forem apresentados de acordo com o Regimento;

XXX - zelar pelo prestígio da Assembleia e dignidade de seus membros em todo o território do Estado;

XXXI - convocar e reunir, periodicamente, sob a sua presidência, os líderes e os Presidentes de Comissões Permanentes para avaliação dos trabalhos da Casa, exame de matérias em trâmite e adoção das providências julgadas necessárias ao bom andamento das atividades legislativas e administrativas;

XXXII - nomear os membros titulares e suplentes das comissões, mediante indicação por escrito dos líderes ou independentemente desta, se expirado o prazo fixado para esse fim;

XXXIII - declarar a perda de lugar de membros das Comissões por motivo de falta;

XXXIV - assegurar os meios e condições necessários ao pleno funcionamento das Comissões Permanentes e Temporárias constituídas;

XXXV - convidar o relator, ou outro membro da Comissão, para esclarecimento de parecer.

Art. 23. O Presidente da Assembleia votará nas sessões plenárias somente nos casos de empate ou de votação secreta.

Parágrafo único. Para votação secreta ou para tomar parte em qualquer discussão, o Presidente deixará a cadeira ao seu substituto.

Art. 24. Sempre que o Presidente não se achar no recinto na hora regimental de início dos trabalhos, o 1º Vice-Presidente e, em sua falta, o 2º Vice-Presidente substitui-lo-á no desempenho de suas funções, observando-se a ordem do art. 16 e parágrafos deste Regimento, cedendo-lhe o lugar logo que estiver presente.

Parágrafo único. Quando o Presidente tiver que deixar sua cadeira durante a sessão proceder-se-á da mesma forma.

Subseção II Dos Secretários

Art. 25. São atribuições do 1º Secretário:

I - fazer a chamada dos Deputados, nos casos previstos neste Regimento;

II - proceder à leitura da matéria que constar no expediente;

III - despachar toda a matéria do expediente;

IV - receber, mandar fazer e assinar a correspondência oficial da Assembleia, exceto aquela constante do inciso XXIII do art. 21 deste Regimento;

V - receber, igualmente, as representações, convites, petições e memoriais dirigidos à Assembleia;

VI - fazer recolher e guardar em boa ordem as proposições de iniciativa da Mesa para apresentá-las oportunamente;

VII - assinar, depois do Presidente, as atas das sessões, bem como todas as resoluções da Assembleia;

VIII - contar os Deputados em verificação de votação, caso o painel eletrônico fique inoperante;

IX - inspecionar os trabalhos da Secretaria, fazer observar o seu regulamento, interpretá-lo e fiscalizar as suas despesas;

X - providenciar a entrega dos exemplares da Ordem do Dia aos Deputados, antes do início da sessão plenária.

XI - tomar nota das discussões e votações da Assembleia em todos os papéis sujeitos à sua guarda, autenticando-os com sua assinatura;

XII - expedir as certidões e entregar os documentos que estiverem na Secretaria, mediante requerimento dos interessados;

XIII - apresentar emendas aos projetos recebidos, quando for o caso;

XIV - dar posse ao Diretor-Geral da Assembleia Legislativa.

Art. 26. São atribuições do 2º Secretário:

I - fiscalizar a redação das atas e fazer a leitura;

II - assinar, depois do 1º Secretário, as atas e as resoluções da Assembleia;

III - auxiliar o 1º Secretário a expedir a correspondência oficial da Assembleia;

IV - substituir o 1º Secretário nas suas faltas e impedimentos;

V - manter atualizado o registro do patrimônio da Assembleia, encaminhando à Presidência e à 1ª Secretaria relatório anual sobre a situação dos bens registrados.

Subseção III Da Administração

Art. 27. Os serviços da Assembleia serão executados pela sua Secretaria e regulamento especial aprovado pela Mesa, que será considerado parte integrante deste Regimento.

§ 1º O regulamento da Secretaria não poderá conter nenhuma disposição que contrarie este Regimento.

§ 2º Cabe à Comissão Executiva apresentar projeto de resolução para elaborar e modificar o regulamento da secretaria.

Art. 28. É facultado à Comissão Executiva delegar a qualquer de seus membros e ao Diretor-Geral competência para a prática de atos administrativos.

**Seção II
Das Comissões**

**Subseção I
Das Disposições Gerais**

Art. 29. As Comissões da Assembleia Legislativa são:

I - Permanentes: as de caráter técnico-legislativo ou especializado, integrantes da estrutura institucional da Casa, co-partícipes e agentes do processo legislativo, que têm por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao exame e sobre eles deliberar, assim como o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária do Estado, no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação;

II - Temporárias: as criadas para apreciar determinado assunto, que se extingue ao término da legislatura, ou expirado seu prazo.

- *Constituição Estadual - Art. 62.*

Art. 30. Na constituição das Comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos e dos blocos parlamentares que participem da Casa na data da posse dos Senhores Deputados.

- *Constituição Estadual - Art. 62, § 1º*

Art. 31. As Comissões Permanentes serão organizadas no início da primeira e da terceira sessões legislativas, compondo-se dos membros indicados pelos líderes de partidos ou de blocos parlamentares.

§ 1º As Comissões Permanentes serão compostas por sete membros cada uma, salvo a Comissão Executiva, que será integrada pelo Presidente, 1º e 2º Secretários e a Comissão de Constituição e Justiça, que será composta de treze membros.

§ 2º Na composição das Comissões Permanentes, observado o disposto no art. 29 deste Regimento, será considerado o quociente apurado no início da legislatura obtido com a aplicação da seguinte fórmula:

a) apura-se o resultado da divisão do número de Deputados constantes da relação de que trata o § 2º do art. 3º deste Regimento, pelo número de membros de cada Comissão;

b) divide-se o número de Deputados de cada partido ou bloco parlamentar pelo resultado obtido na divisão indicada na alínea anterior, resultando no número vagas para os membros de cada partido ou bloco parlamentar nas Comissões.

§ 3º Ocorrendo vaga nas Comissões após a distribuição obtida com os cálculos do § 2º deste artigo, a mesma será preenchida por Deputado de partido ou bloco parlamentar ainda não representado.

§ 4º No preenchimento de vaga remanescente de que trata o § 3º deste artigo, será considerado o número de Deputados integrantes de cada partido ou bloco parlamentar em ordem decrescente das bancadas e, havendo partidos ou blocos parlamentares com igual número de Deputados, a escolha será por sorteio.

§ 5º Cada partido ou bloco parlamentar terá em cada Comissão tantos suplentes quantos os seus membros efetivos.

Art. 32. As Comissões Permanentes terão um Presidente e um Vice-Presidente, salvo a Comissão Executiva que terá dois Vice-Presidentes, eleitos por seus pares, vedada a recondução, na mesma legislatura, para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da mesma Comissão Permanente.

Subseção II Das Comissões Permanentes e sua Competência

Art. 33. As Comissões Permanentes e respectivos campos temáticos ou áreas de atividades são as seguintes:

- I - Comissão Executiva;
- II - Comissão de Constituição e Justiça;
- III - Comissão de Finanças e Assuntos Tributários;
- IV - Comissão de Orçamento;
- V - Comissão de Tomada de Contas;
- VI - Comissão de Agricultura;
- VII - Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação;

VIII - Comissão de Educação, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia;

IX - Comissão de Segurança Pública;

X - Comissão de Saúde Pública;

XI - Comissão de Redação;

XII - Comissão de Meio Ambiente;

XIII - Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa, Assuntos Municipais e Metropolitanos;

XIV - Comissão de Indústria, Comércio, Mercosul e Assuntos Internacionais;

XV - Comissão do Esporte, do Turismo e da Cultura;

XVI - Comissão de Defesa do Consumidor;

XVII - Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania;

XVIII - Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude;

XIX - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e do Idoso.

Art. 34. Considerados os respectivos campos temáticos ou áreas de atividades, as Comissões Permanentes têm as seguintes atribuições:

I - iniciar o processo legislativo nos casos permitidos pela Constituição;

II - analisar as proposições que lhe forem distribuídas, ocasião em que poderão:

a) opinar pela aprovação;

b) opinar pela rejeição total ou parcial;

c) apresentar emendas, subemendas ou projetos delas decorrentes;

d) requerer sua anexação a projetos similares;

e) promover diligências;

III – realizar audiências públicas na Capital ou no interior do Estado, bem como promover estudos e seminários;

IV – acompanhar as atividades das Secretarias de Estado e demais órgãos da administração direta, indireta e paraestatal, solicitando relatórios sobre as respectivas atividades, dando ciência ao Plenário;

V – encaminhar à Mesa:

a) a convocação de Secretários de Estado, Diretores e demais gestores de Órgãos Públicos;

b) os pedidos de informação dirigidos a Secretários de Estado, Diretores e demais gestores de Órgãos Públicos;

c) solicitações de convites dirigidos às autoridades de outras esferas de poderes;

VI – conceder audiências para que autoridades possam expor assuntos, projetos, bem como apresentar esclarecimentos sobre a respectiva atuação, incluindo a solicitação de informações complementares necessárias à discussão de matérias que estejam sujeitas a sua deliberação, não implicando a diligência em dilação de prazos;

VII – receber e processar pedidos de informações, reclamações, representações ou queixas formuladas em face de atos ou omissões de autoridades ou entidades públicas;

VIII – convocar qualquer cidadão para prestar informações e esclarecimentos sobre assuntos de sua competência;

IX – apreciar e fiscalizar programas de obras e planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento, emitindo pareceres e requerendo diligências;

X – determinar ao Tribunal de Contas do Estado que promova diligências, perícias, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e, nos mesmos termos, no âmbito da administração direta e indireta, incluídas fundações, sociedades e entes paraestatais de cooperação instituídos e mantidos pelo Poder Público Estadual;

XI – exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluindo os da administração indireta e paraestatal, exercendo, também, no que couber, o acompanhamento da execução orçamentária e procedendo a fiscalização contábil, financeira e patrimonial;

XII – apreciar todo e qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividade, podendo promover, no seu âmbito, conferências, palestras ou seminários;

XIII – propor a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder de regulamentar ou os limites de delegação legislativa, elaborando a proposição do respectivo decreto legislativo.

§ 1º Na elaboração de seus pareceres, as Comissões deverão observar os aspectos técnicos, jurídicos, organizacionais, operacionais e, principalmente, o mérito e oportunidade das proposições sob a ótica do interesse público e da melhora da qualidade dos resultados legislativos.

§ 2º A convocação e os pedidos de informação de que trata o inciso V deste artigo deverão ser aprovados pela maioria simples do Plenário.

§ 3º As atribuições contidas nos incisos V e VII deste artigo não excluem a iniciativa concorrente de Deputados cujos requerimentos deverão ser aprovados pela maioria do Plenário.

§ 4º As atribuições e competências das quais trata este artigo se aplicam, no que couber, às Comissões Especiais.

§ 5º Fica autorizada a criação de até três blocos parlamentares temáticos destinados a tratar de assuntos de interesse da sociedade paranaense, que não sejam objeto das atribuições das Comissões Permanentes previstas no art. 32 deste Regimento.

§ 6º As Comissões Permanentes e os blocos temáticos em funcionamento deverão apresentar ao Plenário da Assembleia Legislativa relatório mensal de suas atividades.

Art. 35. Cabe à Comissão Executiva:

I - opinar sobre as modificações do Regimento Interno;

II - dispor sobre a criação, transformação ou extinção de serviços do Poder Legislativo, da sua administração indireta e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - prover os cargos dos serviços administrativos;

IV - conceder licença, aposentadoria e vantagens previstas em lei aos servidores, bem como colocá-los em disponibilidade;

V - julgar todos os tipos de licitações;

VI - autorizar despesas, bem como a assinatura de convênios e de contratos de prestação de serviços, podendo delegar tais atribuições;

VII - elaborar a proposta orçamentária da Assembleia e encaminhá-la ao Poder Executivo;

VIII - propor à Assembleia a criação ou modificação de seus serviços, emitir parecer sobre projetos a eles relativos e determinar os respectivos regulamentos;

IX - interpretar conclusivamente, em grau de recurso, os dispositivos do regulamento dos serviços administrativos;

X - encaminhar ao Poder Executivo as solicitações de créditos adicionais necessários aos seus serviços;

XI - autorizar a realização de concurso público;

XII - apresentar o orçamento analítico ao Plenário;

XIII - formalizar, através de ato da Comissão Executiva, os procedimentos previstos nos incisos II, III, IV e XI deste artigo e outros pertinentes à administração interna da Assembleia Legislativa.

Art. 36. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer quanto à constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural das proposições;

II - emitir parecer quanto à admissibilidade de propostas de Emendas à Constituição;

III - propor, mediante projeto de resolução, a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou decreto municipal declarado inconstitucional pelo Tribunal de Justiça;

IV - manifestar-se sobre a perda de mandato de Deputado, nos termos do inciso VII do art. 260 deste Regimento;

V - manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

- a) criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios;
- b) transferência temporária da sede do Governo;
- c) organização dos poderes do Estado, do Ministério Público e do Tribunal de Contas;
- d) intervenção nos municípios;
- e) organização e divisão judiciária;
- f) alterações de códigos;
- g) declaração de utilidade pública de entidades civis;
- h) concessão de títulos de cidadania.

§ 1º Na análise do caráter estrutural das proposições, a Comissão de Constituição e Justiça deverá considerar o disposto na Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, no Decreto Federal nº 4.176, de 28 de março de 2002, e, ressalvadas as proposições de que tratam as alíneas do inciso V deste artigo, não poderá proceder emendas que alterem ou disponham sobre o mérito da proposição.

§ 2º Sempre que a Comissão de Constituição e Justiça concluir que a proposição não atende aos termos da legislação referida no § 1º deste artigo, poderá diligenciar, junto ao autor, para que este, sob pena de arquivamento, proceda à adequação necessária.

§ 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, o autor terá prazo de quinze dias, contado de sua notificação, para promover a adequação sob pena de arquivamento da proposição.

§ 4º Quando a Comissão de Constituição e Justiça opinar pela inconstitucionalidade de uma proposição, decorridos os prazos regimentais, esta será encaminhada à Diretoria Legislativa para arquivo e ciência ao Plenário.

§ 5º O autor cuja proposição tenha sido declarada inconstitucional por deliberação da Comissão de Constituição e Justiça poderá, no prazo máximo de cinco dias, contado da data da publicação da ata da sessão na qual o parecer foi aprovado, apresentar pedido fundamentado de reconsideração, o qual, após atestada a tempestividade, será distribuído a novo relator.

§ 6º Quando a proposição for declarada inconstitucional por deliberação unânime da Comissão de Constituição e Justiça, o pedido de reconsideração ficará condicionado ao apoio de um quarto dos Deputados da Assembleia.

§ 7º Caso a Comissão de Constituição e Justiça não reconsidere o seu posicionamento, o autor poderá formular recurso ao Plenário apenas para a análise da constitucionalidade e da legalidade da matéria, devendo obter o apoio de pelo menos um terço dos parlamentares da Casa, dentre os quais não poderão constar os membros da Comissão de Constituição e Justiça que tenham participado da deliberação.

§ 8º O prazo para a apresentação do recurso descrito no § 7º deste artigo será de dez dias, contados da data da publicação da ata da sessão na qual o pedido de reconsideração foi apreciado.

§ 9º Não serão conhecidos os pedidos de reconsideração e recursos que não atendam às exigências regimentais quanto ao prazo de interposição, apoio ou que não tenham fundamentação.

§ 10. Em sendo acolhido o pedido de reconsideração ou o recurso ao Plenário, a proposição prosseguirá em seu trâmite regimental.

§ 11. Inexistindo pedido de reconsideração ou recurso ou estes não tendo sido acolhidos, a proposição será tida como definitivamente rejeitada, efetivando-se o seu arquivamento.

§ 12. As disposições relativas aos pedidos de reconsideração e recurso ao Plenário de que tratam os §§ 5º a 7º deste artigo não se aplicam às proposições de emendas declaradas inconstitucionais.

§ 13. O autor da emenda que tenha sido declarada inconstitucional pela Comissão de Constituição e Justiça poderá requerer que o parecer pela rejeição seja analisado pelo Plenário, mediante votação em separado, quando da apreciação da respectiva proposição emendada e, se este for rejeitado, a emenda será tida como acolhida e incluída para votação em segunda discussão.

Art. 37. Cabe à Comissão de Finanças e Assuntos Tributários manifestar-se:

I - sobre as proposições que concorram para aumentar ou diminuir a despesa pública, inclusive as de outras Comissões;

II - sobre atividades financeiras do Estado;

III - sobre matéria tributária, empréstimos públicos; e

IV - sobre matérias que disponham sobre a remuneração dos agentes políticos estaduais, incluindo os Secretários de Estado, os Magistrados e os membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas.

Art. 38. Compete à Comissão de Orçamento:

I - manifestar-se sobre os projetos de lei relativos ao plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e créditos adicionais;

• *Constituição Estadual – art. 134*

II - verificar o atendimento aos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal;

III - auxiliar as demais Comissões Permanentes nas atividades de fiscalização da execução das leis orçamentárias e créditos adicionais, fornecendo os dados orçamentários e, se necessário, com o auxílio do Tribunal de Contas.

Parágrafo único. Caso as Leis Orçamentárias não sejam apresentadas no prazo legal, caberá à Comissão de Orçamento propor o referido projeto de lei tomando como base o orçamento em vigor.

Art. 39. Compete à Comissão de Tomada de Contas:

I - manifestar-se sobre representações e recursos dos atos do Tribunal de Contas;

II - julgar as contas do Governador;

III - proceder à tomada das contas do Governador, quando não apresentadas dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;

IV - fiscalizar as entidades da administração indireta;

V - apreciar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas.

Art. 40. Compete à Comissão de Agricultura manifestar-se sobre as proposições relativas à agricultura, pecuária, caça, pesca, flora, fauna e solo, defesa animal e vegetal, irrigação e insumos.

Art. 41. Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação manifestar-se sobre proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos, concessão de serviços públicos, trânsito e transporte e sobre comunicação em geral.

Art. 42. Compete à Comissão de Educação, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia manifestar-se sobre proposições:

I – relativas à educação e instrução pública ou particular;

II – relativas à promoção do desenvolvimento científico e tecnológico;

III – que proponham apoio financeiro e institucional a projetos e programas voltados à geração, absorção, sistematização, aplicação e transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos;

IV – que visem ao fortalecimento e à ampliação da base técnico-científica do Estado, incluindo aquelas relacionadas às entidades de ensino, pesquisa e de prestação de serviços técnico-especializados e unidades de produção de bens de elevado conteúdo tecnológico;

V – que visem à manutenção e o desenvolvimento do ensino superior no Estado.

Art. 43. Compete à Comissão de Segurança Pública manifestar-se sobre as proposições relativas à Polícia Militar, à Polícia Civil, assim como àquelas referentes à ordem e à segurança pública.

Art. 44. Compete à Comissão de Saúde Pública manifestar-se sobre as proposições relativas à saúde pública, higiene, assistência sanitária, controle de drogas, medicamentos, alimentos e exercício da medicina e profissões afins.

Art. 45. Compete à Comissão de Redação, observadas as exceções regimentais, a elaboração da redação final das proposições.

Art. 46. Compete à Comissão de Meio Ambiente manifestar-se sobre as proposições que interfiram ou alterem o meio ambiente, assim como aquelas que pretendam dispor sobre a conservação da natureza e evitar a depredação dos recursos naturais.

Art. 47. Compete à Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa, Assuntos Municipais e Metropolitanos:

I - apreciar fatos que digam respeito a indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados;

II - fiscalizar a aplicação da Lei nº 8.358, de 5 de setembro de 1986, representando ao Ministério Público, para as providências legais cabíveis, nos casos de não cumprimento do disposto no § 2º do art. 1º da referida Lei ou de constatação de irregularidades nos processos licitatórios;

III - fiscalizar os aspectos relacionados aos critérios de distribuição de verbas estaduais aos municípios;

IV - fiscalizar os convênios firmados entre o Estado e os municípios e os dispêndios decorrentes de verbas oriundas dos mesmos;

V - manifestar-se sobre proposições que objetivem a criação, fusão, desmembramento de municípios e intervenção nestes;

VI - manifestar-se sobre proposições relacionadas ao desenvolvimento urbano, às regiões metropolitanas, às aglomerações urbanas e às microrregiões, promovendo a integração das políticas dos municípios, bem como àquelas relacionadas à habitação e transporte coletivo.

§ 1º A Comissão poderá solicitar à autoridade responsável pela prática dos atos a que se referem os incisos deste artigo que, no prazo improrrogável de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.

§ 2º Na hipótese em que os esclarecimentos de que trata o § 1º deste artigo não sejam prestados, a Comissão poderá solicitar que o Tribunal de Contas, no prazo de trinta dias, exare pronunciamento conclusivo sobre a matéria.

§ 3º Na hipótese de que trata o § 2º deste artigo, caso o Tribunal de Contas entenda que a despesa é irregular e julgar que o gasto pode causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, poderá propor à Assembleia Legislativa sua sustação, se ainda não realizada, ou o reembolso, se já realizada.

§ 4º A Comissão poderá, se assim deliberar, solicitar que o Tribunal de Contas designe técnico para, juntamente com seus membros, efetuar, *in loco*, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial nas unidades administrativas dos Três Poderes e da administração direta ou indireta incluídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, nos termos dos art. 74 e inciso IV do art. 75 da Constituição Estadual.

Art. 48. Compete à Comissão de Indústria, Comércio, Mercosul e Assuntos Internacionais manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativa à indústria e ao comércio, bem como sobre toda e qualquer proposição que se refira ao Mercado Comum do Sul - Mercosul e relações internacionais em geral.

Art. 49. Compete à Comissão do Esporte, do Turismo e da Cultura manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativa:

I - à prática, incentivo e difusão de todas as modalidades desportivas;

II - ao turismo interno e ao desenvolvimento de mecanismos de atração de turistas de outros Estados e do exterior;

III - ao desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

Art. 50. Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.

Art. 51. Compete à Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, modificação, extinção ou regulamentação de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e à cidadania, especialmente os instituídos pelo art. 5º da Constituição Federal, bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos.

Art. 52. Compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude:

I - debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do Poder Público Estadual no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para as crianças, adolescentes e juventude;

II - analisar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de programas destinados às crianças, adolescentes e juventude;

III - manifestar-se em proposições relativas aos interesses e direitos das crianças, adolescentes e da juventude, incluindo todas as matérias relacionadas às políticas públicas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente;

IV - manifestar-se em proposições relativas aos interesses e direitos da juventude conforme previsto no Estatuto da Juventude.

Art. 53. Compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e do Idoso:

I - debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do Poder Público Estadual no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para as mulheres e idosos;

II - incentivar e promover estudos, debates e projetos relativos à condição feminina e do idoso;

III - analisar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de programas e casas-abrigo para o atendimento de mulheres vítimas de violência;

IV - apoiar a elaboração da Política Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, visando eliminar as discriminações que atingem a mulher, possibilitando sua integração e promoção como cidadã em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural;

V - analisar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de programas destinados aos idosos;

VI - manifestar-se em proposições relativas aos interesses e direitos dos idosos, incluindo todas as matérias relacionadas às políticas públicas previstas no Estatuto do Idoso.

Subseção III **Das Comissões Temporárias**

Art. 54. As Comissões Temporárias são:

I - Especiais;

II - Parlamentares de Inquérito;

III - Externas.

§ 1º As Comissões Temporárias compor-se-ão de tantos membros quantos forem previstos no ato de sua constituição, tendo no mínimo sete e no máximo onze membros.

§ 2º Os membros das Comissões Temporárias serão designados pelo Presidente por indicação dos líderes, ou independente dela se, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após ser criada, não se fizer a escolha.

§ 3º Na constituição das Comissões Temporárias observar-se-á o rodízio entre as bancadas não contempladas, de tal forma que todos os partidos ou blocos parlamentares possam fazer-se representar.

§ 4º A participação do Deputado em Comissão Temporária cumprir-se-á sem prejuízo de suas funções em Comissões Permanentes.

§ 5º Nenhum Deputado poderá ocupar, simultaneamente, o cargo de Presidente em mais de uma Comissão Temporária.

§ 6º O Presidente solicitará a indicação dos membros das Comissões Temporárias no prazo de três sessões, contado do protocolo do Requerimento em Plenário.

Art. 55. As Comissões Especiais serão constituídas por requerimento subscrito por um quarto do número total de Deputados ou por requerimento de Deputado, mediante deliberação do Plenário, com a indicação do assunto de que devam tratar, o número de membros e o prazo de duração.

Art. 56. As Comissões Parlamentares de Inquérito serão constituídas por requerimento subscrito por um terço do número total de Deputados ou por requerimento de Deputado aprovado pelo Plenário, para apuração de fato determinado e por prazo certo, as quais terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

§ 1º Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Estado que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.

§ 2º Satisfeitos os requisitos regimentais, o Presidente mandará publicar o requerimento; caso contrário determinará a devolução ao autor para, se possível, retificá-lo, cabendo desta decisão recurso para o Plenário, no prazo de cinco sessões, ouvindo-se a Comissão de Constituição e Justiça.

§ 3º A Comissão, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por até a metade, por uma única vez, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.

§ 4º Não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem pelo menos cinco funcionando na Assembleia, salvo mediante projeto de resolução.

§ 5º A Comissão Parlamentar de Inquérito terá sua composição numérica indicada no requerimento ou projeto de resolução, respeitada a proporcionalidade da representação partidária.

§ 6º Da ata de instalação e eleição de Presidente e relator constarão a previsão de meios ou recursos administrativos, as condições organizacionais e o assessoramento necessário ao bom desempenho da Comissão, incumbindo à Mesa e à administração da Casa o atendimento preferencial das providências que forem solicitadas.

Art. 57. A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá, observada a legislação específica:

I - requisitar funcionários dos serviços administrativos da Assembleia, bem como, em caráter transitório, os de qualquer órgão ou entidades da administração pública direta, indireta e fundacional, do Poder Judiciário ou do Ministério Público necessários aos seus trabalhos;

II - determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de órgãos e entidades da administração pública informações e documentos, requerer audiência de Deputados e Secretários de Estado, tomar depoimentos de autoridades estaduais e municipais e requisitar os serviços de quaisquer autoridades, inclusive policiais;

III - incumbir qualquer de seus membros, ou funcionários requisitados dos serviços administrativos da Assembleia, da realização de sindicâncias ou diligências necessárias aos seus trabalhos, dando conhecimento prévio à Mesa;

IV - deslocar-se a qualquer ponto do território estadual para a realização de investigações e audiências públicas;

V - estipular prazo para o atendimento de qualquer ponto do território estadual para a realização de investigações e audiências públicas;

VI - estipular prazo para o atendimento de qualquer providência ou realização de diligência sob as penas da lei, exceto quando da alçada de autoridade judiciária;

VII - se forem diversos os fatos inter-relacionados objeto do inquérito, dizer em separado sobre cada um, mesmo antes de finda a investigação dos demais.

Parágrafo único. As Comissões Parlamentares de Inquérito valer-se-ão, subsidiariamente, das normas contidas no Código de Processo Penal.

Art. 58. Ao término dos trabalhos, a Comissão Temporária apresentará à Presidência da Casa, em Plenário, no prazo de trinta dias, contado da data do encerramento, relatório circunstanciado, com as conclusões alcançadas para que esta, no prazo de cinco sessões, contado do seu recebimento, faça-o publicar no Diário da Assembleia e o encaminhe:

I - ao Plenário, para discussão e votação dentro de cinco sessões contadas do recebimento do relatório pela Presidência e, conforme o caso, apresentação de proposta de emenda constitucional, projetos de resolução, projeto de lei ou decreto legislativo, os quais, cumpridos os prazos regimentais para emissão de parecer pelas Comissões pertinentes, serão imediatamente incluídos na Ordem do Dia, ainda que não tenham sido emitidos os pareceres em questão;

II - ao órgão de representação judicial do ente público prejudicado para que proponha medidas tendentes à reparação;

III - ao Ministério Público do Estado, com a cópia da documentação, para que promova a responsabilização civil ou criminal por infrações apuradas e adote outras medidas decorrentes de suas funções institucionais;

IV - ao Poder Executivo para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo decorrentes de dispositivos constitucionais e legais aplicáveis, assinalando o prazo hábil para seu cumprimento;

V - à Comissão Permanente que tenha maior pertinência com a matéria, à qual incumbirá fiscalizar o atendimento do prescrito no inciso IV deste artigo;

VI - ao Tribunal de Contas do Estado para as providências contidas na Constituição Estadual.

§ 1º O prazo previsto no *caput* deste artigo não flui durante o recesso parlamentar.

§ 2º Na discussão e votação prevista no inciso I deste artigo, os encaminhamentos sugeridos na conclusão do relatório poderão ser emendados.

§ 3º A Comissão Temporária poderá apresentar o relatório final até trinta dias após expirado o respectivo prazo de funcionamento, ficando vedado até a votação da proposição o protocolo de requerimento solicitando a constituição de novas Comissões Temporárias.

§ 4º Os relatórios das Comissões Temporárias devem ser apresentados conjuntamente com os documentos de instrução do processo.

§ 5º A Comissão Temporária que não comprovar funcionamento será declarada extinta mediante comunicação ao Plenário, por provocação de qualquer Deputado.

§ 6º A Comissão Temporária declarada extinta na forma do § 5º deste artigo ou que não apresentar relatório final será notificada pela Mesa para ressarcir as despesas solicitadas em razão das respectivas atividades.

Art. 59. As Comissões Permanentes e as Especiais poderão se reunir fora do Poder Legislativo e se deslocar para qualquer parte do território do Estado, dependendo de aprovação da Comissão, por maioria absoluta de seus membros, desde que solicitada, fundamentada e subscrita pela totalidade de seus membros.

Art. 60. As Comissões Externas poderão ser instituídas pelo Plenário da Assembleia, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado, para cumprir missão temporária autorizada, sujeita à deliberação do Plenário quando as atividades propostas acarretarem despesas para a Casa.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se missão autorizada aquela que implicar o afastamento do Deputado pelo prazo máximo de oito sessões, missão no País, e de trinta, se desempenhada no exterior, para representar a Assembleia nos atos a que tenha sido convidada ou designada.

Subseção IV Da Presidência das Comissões

Art. 61. Se qualquer das Comissões, Permanentes, Especiais ou de Inquérito, não se instalar dentro de cinco dias, contados da sua organização, o Presidente da Assembleia convocará os seus membros, com a antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, para se reunirem em uma das salas do Edifício da Assembleia, sob a Presidência do 1º Vice-Presidente da Assembleia, e elegerem o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão.

§ 1º O Presidente será, nos seus impedimentos ou faltas, substituído por Vice-Presidente, na sequência ordinal, e, na ausência deles, pelo membro mais idoso da Comissão, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 2º Se vagar o cargo de Presidente ou de Vice-Presidente, proceder-se-á eleição para a escolha do sucessor, salvo se faltar menos de seis meses para o término do mandato, caso em que o cargo será provido na forma indicada no § 1º deste artigo.

§ 3º Em caso de mudança de legenda partidária, o Presidente ou Vice-Presidente da Comissão perderá automaticamente o cargo que ocupa, realizando-se nova eleição para o preenchimento do cargo.

§ 4º O membro suplente não poderá ser eleito Presidente ou Vice-Presidente da Comissão.

Art. 62. Cabe ao Presidente da Comissão:

I - após submeter à discussão e votação, determinar a publicação das atas das reuniões no Diário Oficial da Assembleia;

II - convocar, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, e presidir as reuniões da Comissão e nelas manter a ordem e a solenidade necessárias;

III - resolver, de acordo com o Regimento Interno, as questões de ordem ou reclamações suscitadas na Comissão;

IV - designar relatores e distribuir-lhes a matéria sujeita a parecer ou, na falta destes, avocá-la;

V - conceder a palavra aos membros da Comissão, aos líderes e aos Deputados que a solicitarem;

VI - advertir o orador que se exaltar no decorrer dos debates;

VII - interromper o orador que estiver falando sobre o vencido e retirar-lhe a palavra no caso de desobediência;

VIII - submeter a voto as questões sujeitas à deliberação da Comissão e proclamar o resultado da votação;

IX - conceder vista das proposições nos termos deste Regimento Interno;

X - solicitar ao Presidente da Assembleia a declaração de vacância na Comissão ou a designação de substituto a membro faltoso;

XI - representar a Comissão nas suas relações com a Mesa, com as outras Comissões, com os líderes ou externas à Casa;

XII - votar, no caso de empate da votação.

Subseção V Dos Pareceres

Art. 63. Parecer é o pronunciamento de Comissões sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo.

§ 1º As Comissões deverão apresentar parecer às proposições, mensagens e demais papéis sujeitos à sua deliberação.

§ 2º Os pareceres serão redigidos por escrito, em termos explícitos, sobre conveniência da aprovação ou da rejeição da matéria a que se reportem e terminarão por conclusões sintéticas.

Art. 64. O membro de Comissão designado relator terá o prazo de sete dias para apresentação de seu parecer escrito.

§ 1º O relator cujo prazo para apresentação de parecer tenha expirado poderá requerer a prorrogação do prazo, no máximo, até a sessão seguinte.

§ 2º Esgotado o prazo regimental sem que o relator tenha apresentado parecer, o Presidente da Comissão poderá designar novo relator para apresentar parecer em até sete dias.

§ 3º Logo após o parecer do relator, ou mesmo antes de sua leitura desde que em pauta, qualquer dos membros da Comissão, assim como qualquer Deputado, poderá encaminhar emenda ao Projeto.

§ 4º Recebida a emenda, o relator emitirá seu parecer de imediato ou solicitará prazo até a sessão seguinte.

§ 5º As emendas e os pareceres serão colocados em discussão e votação, observando-se a seguinte ordem para usar da palavra para o encaminhamento da discussão, facultando-se ao Presidente da Comissão encerrar a discussão após falarem cinco Deputados:

I - o autor do projeto, por cinco minutos;

II - os membros da Comissão, por cinco minutos;

III - os Deputados não membros da Comissão, por três minutos.

§ 6º O membro da Comissão que não se sentir suficientemente esclarecido sobre a matéria ou que discordar do parecer do relator poderá emitir voto em separado, por escrito, se assim o desejar ou solicitar a concessão de vista da proposição pelo prazo improrrogável de três dias.

§ 7º Se a vista for solicitada por mais de um Deputado, o prazo será comum aos solicitantes.

§ 8º Ao projeto de lei em regime de urgência será concedida vista pelo prazo, improrrogável, de um dia.

§ 9º Encerrada a discussão, serão votados o parecer e as emendas que, aprovados, serão assinados pelos membros presentes.

§ 10. Se o parecer do relator não for adotado pela maioria da Comissão, o Presidente designará novo relator para emitir parecer a ser submetido na sessão seguinte.

§ 11. Havendo voto em separado divergente, por escrito, e tendo sido rejeitado o parecer do relator, será o voto divergente submetido à votação e, se aprovado pela maioria, será adotado como parecer da Comissão, dispensada a designação de novo relator prevista no § 10 deste artigo.

§ 12. Esgotado o prazo destinado ao relator, o Presidente da Comissão avocará a proposição ou designará outro membro para relatá-la, no prazo improrrogável de duas sessões, se em regime de urgência, e de cinco sessões, se em regime de tramitação ordinária.

§ 13. Na contagem de votos relativos ao parecer serão considerados:

I - favoráveis - os "*pelas conclusões*" e os "*com ressalvas*";

II - contrários - os "*vencidos*".

§ 14. Sempre que adotar parecer com ressalva, o membro da Comissão expressará em que consiste a sua divergência; não o fazendo, o seu voto será considerado integralmente favorável.

§ 15. Integrarão o parecer as emendas ou quaisquer outros pronunciamentos escritos da Comissão.

§ 16. Concluída a apreciação pelas Comissões, a proposição e respectivos pareceres serão remetidos à Mesa para que seja incluída na Ordem do Dia.

§ 17. A votação do projeto rejeitado por maioria absoluta de votos na Comissão de Constituição e Justiça terá caráter conclusivo.

§ 18. O projeto votado na forma do § 17 deste artigo será submetido ao Plenário, mediante recurso do autor, na forma deste Regimento.

§ 19. Na hipótese de ter sido rejeitado por duas Comissões de Mérito, ainda que obtido parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, o projeto será arquivado.

§ 20. A Comissão poderá dividir, para facilitar o estudo, qualquer matéria sujeita ao seu exame, distribuindo cada parte, ou capítulo, a um relator parcial, mas designando um relator geral, para ser enviado à Mesa um só parecer.

§ 21. Quando diferentes matérias se encontrarem numa só proposição, a Comissão poderá dividi-la para constituírem projetos separados.

§ 22. Aplicam-se à tramitação dos projetos submetidos à deliberação das Comissões, no que couber, as disposições relativas para as matérias sujeitas à votação do Plenário.

Subseção VI Das Vagas e Impedimentos

Art. 65. As vagas nas Comissões verificar-se-ão:

I - com a cassação do mandato legislativo;

II - com a renúncia;

III - com a opção;

IV - com a perda de lugar;

V - com a licença com prazo que exceda a data prevista para o encerramento dos trabalhos.

§ 1º A renúncia de qualquer membro de Comissão será irrevogável.

§ 2º Os membros da Comissão Executiva não poderão fazer parte de outra Comissão Permanente.

§ 3º O membro da Comissão que deixar de comparecer a três reuniões ordinárias consecutivas perderá o lugar, sendo nomeado, desde logo, substituto pelo Presidente da Assembleia, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado.

§ 4º O Presidente da Assembleia preencherá, por nomeação, as vagas verificadas nas Comissões, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, de acordo com a indicação do líder do partido ou bloco parlamentar a que pertencer o substituído.

§ 5º Quando a vaga se verificar na Comissão Executiva, em consequência de qualquer dos casos referidos neste artigo, ou por falta de comparecimento, sem causa justificada e devidamente comunicada, por mais de quinze dias consecutivos, o preenchimento far-se-á de conformidade com o art. 9º deste Regimento.

§ 6º Será considerada vaga a cadeira de membro da Comissão, com a perda do lugar, em razão do Deputado deixar o partido pelo qual foi indicado, devendo o respectivo líder do partido ou do bloco parlamentar indicar, no prazo de dez dias, novo representante.

Art. 66. O membro de Comissão que não puder comparecer às reuniões deverá comunicar a sua ausência, previamente, ao Presidente da Comissão, que convocará o suplente.

§ 1º O suplente convocado poderá votar as matérias constantes da pauta da reunião, podendo relatar matéria para a qual o membro efetivo fora designado relator.

§ 2º Na mesma reunião não poderá haver alternância entre membro efetivo e o respectivo suplente.

§ 3º Cessará a permanência do substituto na Comissão, desde que o substituído compareça às reuniões.

§ 4º Nenhum Deputado poderá presidir reunião de Comissão quando se debater ou votar matéria da qual seja autor ou relator.

§ 5º Não poderá o autor de proposição ser dela o relator, ainda que substituto.

§ 6º O Presidente de Comissão não poderá desempatar votação quando se tratar de matéria da qual seja autor ou relator, cabendo o desempate ao Vice-Presidente ou ao membro mais idoso, dentre aqueles de maior número de legislaturas.

Subseção VII **Das Reuniões**

Art. 67. As Comissões Permanentes reunir-se-ão ordinariamente na sede da Assembleia, em dias e horas prefixados, ressalvadas as convocações de Comissões Parlamentares de Inquérito que se realizarem fora da Capital.

§ 1º Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com horário de sessão ordinária ou extraordinária da Assembleia Legislativa.

§ 2º O Presidente da Comissão enviará, para publicação no site oficial da Assembleia, as convocações de reunião com designação do local e da hora em que se realizarão, bem como a pauta.

Art. 68. As reuniões extraordinárias das Comissões terão lugar por convocação dos respectivos Presidentes, de ofício, ou a requerimento de um terço de seus membros.

Art. 69. As reuniões ordinárias ou extraordinárias das Comissões durarão o tempo necessário aos seus fins, a juízo do Presidente.

Art. 70. As reuniões das Comissões serão públicas, salvo disposições em contrário, podendo ser assistidas por qualquer Deputado, que poderá discutir as matérias e apresentar sugestões.

Subseção VIII **Dos Trabalhos**

Art. 71. Os trabalhos das Comissões obedecerão à seguinte ordem:

- I - discussão da ata da sessão anterior;
- II - leitura do expediente;
- III - distribuição da matéria aos relatores, observada a alternância entre seus membros;
- IV - discussão e votação de requerimentos ou relatórios.

§ 1º Essa ordem poderá ser alterada pela Comissão para tratar de matéria urgente, ou com requerimento de preferência de qualquer dos seus membros.

§ 2º Tratando-se de matéria urgente, como tal considerada pelo Plenário ou por este Regimento, o Presidente designará relator independentemente de reunião da Comissão, tendo, nesse caso, o Deputado destacado para esse mister o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para oferecer o seu parecer.

§ 3º As proposições em regime de urgência não podem sair da Comissão, sendo entregues diretamente em mãos ao relator.

§ 4º As Comissões deliberarão por maioria de votos com a presença da maioria dos seus membros.

§ 5º A Comissão que receber proposição, mensagem ou qualquer outro documento que lhe for enviado pela Mesa poderá, ainda, propor a sua adição, ou a sua rejeição, total ou parcial, apresentar projetos deles decorrentes, apresentar substitutivos, emendas e subemendas.

Art. 72. Qualquer Deputado poderá requerer, por escrito, à Assembleia, audiência de uma Comissão sobre determinado assunto.

Art. 73. Das reuniões das Comissões serão lavradas atas com o resumo dos trabalhos e de tudo quanto houver ocorrido, as quais serão publicadas no Diário Oficial da Assembleia, após aprovadas e assinadas pelo Presidente da Comissão e pelo respectivo secretário.

Art. 74. As comissões terão como Secretários funcionários da Assembleia Legislativa.

Subseção IX Do Assessoramento Legislativo

Art. 75. As Comissões contarão, para o desempenho das suas atribuições, com assessoramento da consultoria técnica às Comissões, especializada em sua área de competência, a cargo do órgão de assessoramento institucional da Assembleia Legislativa.

CAPÍTULO III DO MANDATO

Seção I Do Subsídio e da Ajuda de Custo

Art. 76. O subsídio dos Deputados será estabelecido, a cada legislatura, com observância do disposto no § 2º do art. 27 da Constituição Federal e na Lei nº 15.433, de 15 de janeiro de 2007.

Art. 77. O Deputado diplomado fará jus ao subsídio, incluída a 13ª (décima terceira) parcela, a partir do início da legislatura, contada da instalação da primeira sessão legislativa.

Parágrafo único. O Deputado Suplente e o Deputado diplomado após a instalação da primeira sessão legislativa farão jus ao subsídio a partir da posse.

Art. 78. Os Deputados somente serão remunerados pelo comparecimento às sessões preparatórias e ordinárias.

Art. 79. Para efeito de pagamento dos subsídios, a presença do Deputado nas sessões a que se refere o art. 75 deste Regimento será apurada pelo painel eletrônico conforme o registro do voto verificado entre o primeiro item da Ordem do Dia e a votação da última proposição.

§ 1º O Deputado ausente deixará de receber o valor correspondente a um trinta avos por sessão.

§ 2º Para efeito do disposto no parágrafo anterior os requerimentos de justificativa de ausência deverão ser apresentados à Mesa, em Plenário, antes do início da Ordem do Dia.

§ 3º Serão consideradas justificadas as ausências:

I - por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico;

II - em decorrência de viagem para acompanhar o Governador do Estado;

III - em decorrência de audiência ou evento com Ministro de Estado;

IV - do Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia.

§ 4º Mediante requerimento subscrito pelo Parlamentar, o Presidente poderá abonar, durante o mês, uma ausência injustificada.

Art. 80. Não sofrerá desconto o Deputado ausente que estiver no exercício de mandato da Comissão Executiva ou no desempenho de missão oficial.

Parágrafo único. As despesas feitas em razão de missão oficial a que se refere este artigo serão ressarcidas.

Art. 81. Considera-se ajuda de custo a compensação financeira imprescindível ao comparecimento à sessão legislativa ordinária.

Art. 82. Terá direito aos subsídios o Deputado que se encontrar em missão diplomática ou cultural de caráter transitório, autorizada pela Assembleia.

Art. 83. Não terá direito aos subsídios o Deputado investido nas funções de Ministro de Estado, de Secretário de Estado ou de Secretário de Prefeitura da Capital se optar pela percepção da retribuição do cargo.

Art. 84. O Deputado licenciado para tratar de interesses particulares não terá direito aos subsídios e à ajuda de custo.

Art. 85. O suplente convocado perceberá, a partir da posse, o subsídio e a ajuda de custo a que tiver direito o Deputado em exercício.

§ 1º O subsídio será pago proporcionalmente, a partir da data da posse.

§ 2º O valor correspondente à ajuda de custo não será devido ao suplente reconvocato na mesma sessão legislativa.

Seção II Da Licença

Art. 86. Os Deputados poderão solicitar licença:

I – para tratamento de saúde;

II – por interesse particular;

III – para investidura nas funções de Ministro de Estado, de Secretário de Estado ou de Secretário de Prefeitura da Capital.

§ 1º Será concedida licença para tratamento de saúde ao Deputado que, por motivo de doença, se encontre impossibilitado de atender aos deveres decorrentes do exercício do mandato.

§ 2º A obtenção ou prorrogação da licença para tratamento de saúde estará condicionada à apresentação de laudo de inspeção de saúde, firmado por junta médica designada pela Assembleia Legislativa, com a expressa indicação de que o paciente não pode continuar no exercício do mandato.

§ 3º O Deputado licenciado para tratamento de saúde por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias fará jus ao respectivo subsídio, devendo ceder ao suplente o respectivo gabinete, os cargos de assessoria parlamentar e as verbas decorrentes do exercício da atividade parlamentar.

Art. 87. O retorno às atividades e ao cumprimento do mandato do Deputado licenciado acontecerá a qualquer momento e deverá ser comunicado ao Presidente.

Seção III Da Extinção e da Perda do Mandato

Art. 88. As vagas na Assembleia verificar-se-ão em virtude de:

- I - falecimento;
- II - renúncia;
- III - perda de mandato.

- *Constituição Estadual - Arts. 59 e 60*

Art. 89. A renúncia do Deputado ao mandato deve ser dirigida à Mesa, por escrito, com firma reconhecida e independente de aprovação da Assembleia, mas somente se tornará efetiva e irretratável depois de lida no expediente e publicada no Diário da Assembleia.

§ 1º No recesso, o pedido de renúncia deve ser apresentado no Protocolo Geral da Assembleia, tornando-se efetiva a renúncia com a publicação no Diário Oficial da Assembleia.

§ 2º Na primeira sessão ordinária, após o protocolo do pedido, será dada ciência ao Plenário da renúncia do Deputado, da data da publicação no Diário Oficial, bem como da posse do suplente, caso a mesma tenha ocorrido perante o Presidente.

Art. 90. Considera-se renunciado:

I - o Deputado que não prestar o compromisso no prazo estabelecido neste Regimento ou que for empossado em função ou cargo incompatível com o mandato;

II - o suplente que, convocado, não se apresentar para entrar em exercício no prazo estabelecido neste Regimento.

Art. 91. O comparecimento do Deputado à sessão será verificado com o registro da respectiva presença no painel eletrônico e nas votações da Ordem do Dia.

Art. 92. A vacância, nos casos de renúncia, será declarada, em sessão, pelo Presidente.

Art. 93. Perde o mandato o Deputado:

I - que infringir qualquer das disposições constantes no art. 58 da Constituição Estadual;

II - cujo procedimento seja declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;

III - que deixar de comparecer à terça parte das sessões ordinárias da Assembleia, em cada sessão legislativa anual, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VI - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal.

§ 1º Além de outros casos definidos no Regimento Interno, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Deputado ou a percepção, no exercício do mandato, de vantagens indevidas.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II, III e V, a perda de mandato será decidida pela Assembleia, por maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Assembleia, assegurada ampla defesa, após parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Art. 94. Na hipótese do inciso IV do art. 92 deste Regimento, o Presidente da Assembleia encaminhará a documentação necessária para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que apresentará parecer, o qual deverá ser submetido ao Plenário da Assembleia Legislativa.

Art. 95. O mandato do Deputado é incompatível com o exercício de qualquer função efetiva da União, dos Estados e dos Municípios, importando em renúncia a inobservância desta norma.

Seção IV Da Convocação Do Suplente

Art. 96. A Mesa convocará, imediatamente, o suplente nos casos de vaga, licença por mais de 120 (cento e vinte) dias ou de investidura nas funções de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, Secretário de Prefeitura da Capital ou Chefe de Missão Diplomática temporária e deverá fazê-lo no dia da vaga, da licença ou da investidura.

Parágrafo único. O suplente terá o prazo de quinze dias para tomar posse, com a assinatura do respectivo termo de posse, sob pena de ser considerado renunciante, salvo se comprovar doença que o incapacite para cumprir a formalidade necessária.

CAPÍTULO IV DOS TRABALHOS DA ASSEMBLEIA

Seção I Das Sessões da Assembleia

Art. 97. As sessões da Assembleia Legislativa são:

- I – preparatórias;
- II – ordinárias;
- III – extraordinárias.

§ 1º Preparatórias são as destinadas à posse e à eleição da Mesa, precedendo a instalação das primeira e terceiras sessões legislativas, bem como a sessão de eleição da Mesa na segunda sessão legislativa.

§ 2º Ordinárias são as de qualquer sessão legislativa, realizadas em todos os dias úteis, de segunda a quarta-feira.

§ 3º Extraordinárias são as sessões realizadas em dia ou hora diversos dos prefixados para as sessões ordinárias.

§ 4º A Assembleia poderá realizar sessões solenes ou especiais, que serão consideradas extraordinárias, para comemorações ou homenagens.

Art. 98. As sessões ordinárias terão início às 14h30min e durarão no máximo 4h30min.

§ 1º O Presidente poderá, excepcionalmente, convocar sessões ordinárias para o período matinal.

§ 2º O prazo de duração das sessões poderá ser prorrogado com requerimento de qualquer Deputado.

§ 3º O requerimento objetivando a prorrogação de sessão será escrito, independente de discussão, decidir-se-á por maioria de votos, desde que presente pelo menos um terço dos Deputados, pelo processo simbólico, não admitirá encaminhamento de votação e deverá prefixar o prazo desta prorrogação.

§ 4º Quando a prorrogação for para que o orador inicie ou termine explicação pessoal, a mesma não poderá exceder quinze minutos.

§ 5º Quando a prorrogação se destinar à votação, só poderá ser concedida com a presença da maioria absoluta dos Deputados.

§ 6º O requerimento de prorrogação poderá ser apresentado à Mesa até trinta minutos antes do encerramento da sessão.

§ 7º Se houver orador na tribuna no momento de findar a sessão e houver sido requerida a prorrogação, o Presidente submeterá o requerimento à votação, devolvendo ao orador o tempo restante.

Art. 99. Durante o período de seus trabalhos ordinários ou extraordinários, a Assembleia poderá realizar outras sessões, além das previstas por este Regimento, desde que assim decida a maioria, através de requerimento de qualquer Deputado.

§ 1º O Presidente prefixará o dia, a hora e a Ordem do Dia dessas sessões extraordinárias, dando-as a conhecer previamente à Assembleia.

§ 2º A hora do expediente deverá se limitar à leitura do mesmo, quando houver.

§ 3º É obrigatório aos Senhores Deputados e funcionários, durante a sessão plenária, o uso de traje passeio completo.

Art.100. Todas as sessões da Assembleia serão públicas.

Art. 101. As bancadas e os blocos partidários podem, através de requerimento do respectivo líder, apresentado em Plenário com uma semana de antecedência, destinar o grande expediente de três sessões ordinárias por ano, na segunda-feira, para uso da comunidade.

§ 1º O Requerimento deve ser assinado pelo líder do partido ou do bloco partidário e deve indicar o nome do cidadão que usará a palavra e a justificativa do interesse público na exposição.

§ 2º Havendo discordância sobre a viabilidade da inscrição requerida nos termos do § 1º deste artigo ou no caso da data solicitada, excepcionalmente, não ser na segunda-feira, o requerimento deve vir apoiado por dezoito Deputados.

§ 3º A data reservada por uma liderança pode ser cedida a outra liderança, desde que os dois líderes apresentem a concordância.

Art. 102. Para manutenção da ordem, respeito e solenidade das sessões, serão observadas as seguintes regras:

I - durante a sessão os Deputados deverão permanecer nas respectivas bancadas;

II - nenhuma conversação será permitida no recinto em tom que dificulte o andamento dos trabalhos;

III - falando da bancada, os oradores deverão manter-se em pé e em caso algum poderão fazê-lo de costas para a Mesa;

IV - os Deputados poderão apartear sentados, em termos breves e corteses;

V - não serão admitidos apartes às palavras do Presidente, paralelos aos discursos ou por ocasião do encaminhamento de votação.

Art. 103. A sessão extraordinária será convocada:

I - pelo Presidente da Assembleia, de ofício;

II - pelos líderes, em requerimento escrito sujeito à deliberação em Plenário.

§ 1º Poderão ser convocadas duas sessões extraordinárias entre duas ordinárias.

§ 2º Observado o disposto no art. 105 deste Regimento, havendo requerimento subscrito pela maioria absoluta dos líderes, o limite de que trata o § 1º deste artigo pode ser alterado, convocando-se outras sessões extraordinárias para a mesma data.

§ 3º A sessão extraordinária somente poderá ser realizada em dia ou hora diversos dos pré-fixados para as ordinárias.

Art. 104. Sempre que for convocada sessão extraordinária, o Presidente comunicará o fato aos Deputados em sessão.

Parágrafo único. Se a convocação ocorrer em circunstâncias que não permitam a comunicação prevista neste artigo, a Mesa adotará os meios e providências que julgar necessários.

Art. 105. A duração da sessão extraordinária será de 2h30m, admitindo-se prorrogação máxima por igual tempo.

Parágrafo único. O tempo destinado à sessão extraordinária será totalmente utilizado na apreciação da matéria objeto da convocação.

Art. 106. A Assembleia Legislativa realizará, no máximo, oito sessões extraordinárias por mês, não se computando nesse limite as sessões solenes e as especiais.

Art. 107. Na hora do início da sessão, achando-se presente em Plenário pelo menos um terço do número total de Deputados, desprezada a fração, o Presidente declarará aberta a sessão, usando a expressão "*Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos*".

§ 1º Não verificado o *quórum* de que trata o *caput* deste artigo, o Presidente aguardará por quinze minutos, após o que, persistindo a falta do número necessário, deixará de abrir a sessão, registrando-se em ata os nomes dos Deputados que não registraram presença e que não justificaram a ausência.

§ 2º Abertos os trabalhos, o 2º Secretário fará a leitura da ata da sessão anterior, que será colocada em discussão pelo Presidente, considerando-se a mesma aprovada independentemente de votação.

Art. 108. Na discussão da ata, qualquer Deputado poderá usar da palavra, uma vez e durante três minutos, para apresentar retificação, indicando os pontos questionados e sugerindo as modificações pretendidas ou apresentar o pedido de retificação por escrito.

§ 1º Acolhidas pelo Presidente as modificações requeridas, a ata será encaminhada para nova redação, com os fundamentos da alteração, ficando a apreciação do novo texto para a sessão subsequente.

§ 2º Cabe recurso ao Plenário da decisão do Presidente que indeferir a retificação da ata, no prazo de três dias, contado da publicação da ata impugnada.

§ 3º Aprovado o texto da retificação, a ata será republicada no Diário Oficial da Assembleia.

Art. 109. A duração do expediente é de 2h30min, assim distribuídos:

I - trinta minutos para leitura do expediente e dos comunicados dos Senhores Deputados, dos pareceres das Comissões sobre os projetos, indicações e requerimentos que se acharem sobre a Mesa, os quais serão mandados publicar;

II - trinta minutos, no máximo, destinados aos oradores inscritos ou, na falta destes, aos que solicitarem a palavra para versar sobre assuntos de livre escolha, não podendo cada orador exceder o prazo de cinco minutos, proibidos os apartes;

III - noventa minutos, improrrogáveis, destinados às lideranças de bancadas partidárias ou blocos parlamentares e oradores inscritos ou, na falta destes, aos Deputados que solicitarem a palavra para versar assunto de livre escolha.

§ 1º Os trinta minutos iniciais serão ocupados segundo a ordem cronológica de inscrição ou de pedido para uso da palavra.

§ 2º Esgotados os trinta minutos iniciais, a matéria não lida será despachada pelo 1º Secretário para publicação;

§ 3º A hora final, dividida equitativamente, será atribuída aos líderes, cabendo o uso inicial da palavra àquele que pertencer à mesma bancada do orador antecedente.

§ 4º Aos líderes de bancadas é facultado delegar a seus liderados o uso da palavra.

§ 5º Ausente o líder, competirá ao mais idoso dos vice-líderes presentes o uso da palavra ou indicação de membro da bancada para fazê-lo.

§ 6º Na falta dos líderes e vice-líderes, ao mais idoso dos integrantes de cada bancada fica transferida a competência de que tratam os parágrafos anteriores.

Art. 110. Finda a hora do expediente, passar-se-á à matéria destinada à Ordem do Dia.

§ 1º Presente a maioria absoluta dos Deputados, dar-se-á início às votações, que obedecerão à ordem estabelecida no § 1º do art. 113 deste Regimento.

§ 2º Não havendo número para a votação, o Presidente anunciará o debate da matéria a ser discutida; mas, logo que houver quórum para deliberar, o Presidente convidará o Deputado que estiver com a palavra a interromper o seu discurso e iniciará o processo de votação.

§ 3º As votações não serão interrompidas, salvo se verificada a falta de quórum, constatada no painel eletrônico, hipótese em que ficarão para a sessão seguinte, incluindo-se os itens no início da Ordem do Dia.

§ 4º Após as discussões da matéria constante da Ordem do Dia, serão votados os requerimentos apresentados na sessão e os adiados da sessão anterior.

§ 5º É permitido a dois Deputados fazerem uso da palavra para explicações pessoais por dez minutos cada um.

Art. 111. Concluídos todos os trabalhos, o Presidente encerrará a sessão, proferindo a expressão:

"Levanta-se a sessão".

Art. 112. As inscrições dos oradores para a hora do expediente serão feitas em ordem cronológica, respeitando o limite de dois oradores por sessão.

§ 1º As inscrições deverão ser feitas na sessão plenária anterior à do uso do expediente.

§ 2º Quando o Deputado inscrito declinar do uso da palavra, o horário reservado poderá ser utilizado por outro parlamentar, previamente inscrito em lista de espera elaborada pela assessoria da Mesa.

§ 3º Os arquivos das inscrições serão mantidos até a instalação de nova sessão legislativa.

Art. 113. Todas as matérias que estejam em condições regimentais de entrar na Ordem do Dia serão encaminhadas à Diretoria competente que, sob a determinação do Presidente, organizará a pauta.

§ 1º Se algum Deputado julgar conveniente a inclusão na Ordem do Dia de qualquer proposição, poderá solicitá-la por escrito ao Presidente.

§ 2º É lícito ao Presidente, de ofício ou a requerimento de Deputados, cabendo desse ato recurso ao plenário, retirar da Ordem do Dia proposição que necessite de parecer de outra Comissão, que esteja em desacordo com as exigências regimentais ou demande qualquer providência antes da inclusão na Ordem do Dia.

Subseção I Da Ordem do Dia

Art. 114. A Ordem do Dia, organizada pelo Presidente, será anunciada ao término da sessão anterior e será publicada no site oficial da Assembleia.

§ 1º A Ordem do Dia será elaborada respeitando a sequência:

I - propostas de emenda à Constituição;

II - redação final;

III - 3ª discussão;

IV - 2ª discussão;

V - 1ª discussão;

VI - discussão única.

§ 2º Cada grupo será iniciado pelas proposições em votação.

§ 3º Dentro de cada grupo da Ordem do Dia observar-se-á a seguinte disposição das proposições, na ordem cronológica de registro, a saber:

- I - projetos de lei complementar;
- II - projetos de lei ordinária;
- III - projetos de resolução;
- IV - projetos de decretos legislativos.

§ 4º Será permitido a qualquer Deputado, antes de iniciada a Ordem do Dia, requerer preferência para a votação ou discussão de uma proposição sobre a do mesmo grupo, conforme § 1º deste artigo.

Art. 115. A Ordem estabelecida no art. 113 deste Regimento poderá ser alterada ou interrompida em caso de:

- I - preferência;
- II - adiamento;
- III - retirada da Ordem do Dia.

Art. 116. O ementário da Ordem do Dia, acompanhado dos avulsos das proposições, publicado no site oficial da Assembleia, assinalará, obrigatoriamente:

- I - a discussão a que está sujeito;
- II - de quem é a iniciativa;
- III - a respectiva ementa;
- IV - a conclusão dos pareceres, se favoráveis, com substitutivos, emendas ou subemendas;
- V - a existência de emendas, relacionadas por grupos, conforme os respectivos pareceres;
- VI - outras indicações que se fizerem necessárias.

Subseção II Das Questões de Ordem

Art. 117. Todas as dúvidas sobre a interpretação deste Regimento, na sua prática, constituir-se-ão em questões de ordem.

§ 1º Todas as questões de ordem, claramente formuladas, serão resolvidas definitivamente pelo Presidente da Assembleia.

§ 2º Nenhum Deputado poderá exceder o prazo de dez minutos para formular, simultaneamente, uma ou mais de uma questão de ordem.

§ 3º No momento das deliberações, qualquer questão de ordem só poderá ser formulada ou justificada dentro do prazo que couber a cada Deputado para encaminhar a votação.

§ 4º Em qualquer fase da sessão, poderá o Deputado solicitar "*pela ordem*" para esclarecer dúvida sobre disposição regimental ou reclamar a observância de disposição expressa no Regimento Interno, exceto no momento das votações, em que só poderão falar o relator e um Deputado, de preferência o autor da proposição em votação.

§ 5º Sobre uma mesma questão de ordem cada Deputado poderá falar somente uma vez.

§ 6º Durante a Ordem do Dia, só poderá ser levantada Questão de Ordem atinente à matéria que esteja sendo apreciada na ocasião.

Art. 118. O Presidente não poderá recusar a palavra ao Deputado que a solicitar "*pela ordem*", mas poderá cassá-la, desde que o orador não indique, desde logo, o artigo do Regimento Interno sobre o qual paira dúvida ou que está sendo desobedecido no andamento dos trabalhos.

Art. 119. As questões de ordem serão registradas na ata da sessão em que forem suscitadas e resolvidas pelo Presidente, bem como publicadas na atividade parlamentar constante no site oficial da Assembleia Legislativa.

Subseção III Das Atas

Art. 120. De cada sessão da Assembleia lavrar-se-á, além da ata destinada à publicação no Diário Oficial da Assembleia, outra, resumida, na qual deverá constar uma exposição sucinta dos trabalhos, a fim de ser lida em sessão.

§ 1º Depois de lida, a ata será assinada pelo Presidente e pelo 1º e 2º Secretários.

§ 2º A ata será lavrada, ainda que não haja sessão por falta de número, dela constando o expediente despachado.

Art. 121. Os documentos lidos em sessão serão mencionados na ata em resumo e transcritos no Diário Oficial da Assembleia, de acordo com as disposições regimentais, ou digitalizados no site oficial da Assembleia, conforme for o caso.

§ 1º Os discursos proferidos durante a sessão serão publicados na ata destinada ao Diário Oficial da Assembleia.

§ 2º As informações e os documentos oficiais lidos pelo 1º Secretário na hora do expediente, em resumo, serão somente publicados na ata destinada ao Diário Oficial da Assembleia com a declaração integral requerida à Mesa e por ela deferida.

§ 3º As informações enviadas à Assembleia pelo Governo do Estado, a requerimento de qualquer Deputado, serão publicadas na ata da sessão em que forem lidas no expediente, antes de entregues a quem as solicitou.

§ 4º Não se dará publicidade às informações oficiais de caráter reservado ou que ofendam a intimidade pessoal ou o interesse público.

§ 5º Em qualquer das atas não será inserido nenhum documento sem expressa permissão da Assembleia ou da Mesa, por despacho do 1º Secretário, nos casos previstos neste Regimento.

§ 6º Será lícito a qualquer Deputado fazer inserir na ata impressa as razões escritas do seu voto, vencedor ou vencido, e sem alusões pessoais de qualquer natureza, desde que não infrinjam disposições deste Regimento.

§ 7º Os pedidos de retificação da ata serão decididos pelo Presidente, cabendo recurso ao Plenário no prazo de três dias.

Art. 122. A ata da última sessão de cada ano, ordinária ou extraordinária, será lida antes de se levantar a sessão.

Seção II

Da Audiência dos Secretários de Estado

Art. 123. O Secretário de Estado comparecerá à Assembleia ou em suas Comissões:

I - quando convocado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado;

II - por sua iniciativa, mediante entendimento com a Mesa ou a Presidência da Comissão, respectivamente, para expor assunto de relevância de sua Secretaria.

§ 1º A convocação do Secretário de Estado será resolvida pela Assembleia ou Comissão, por deliberação da maioria, presente a maioria absoluta dos Deputados, com requerimento de qualquer Deputado ou membro da Comissão, conforme o caso.

§ 2º A convocação do Secretário de Estado será comunicada mediante ofício do 1º Secretário ou do Presidente da Comissão, que definirá o local, dia e hora da sessão ou reunião a que deva comparecer, com a indicação das informações pretendidas, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa.

§ 3º Não atendida a convocação feita, de acordo com a Constituição Estadual, o Presidente da Assembleia promoverá a instauração do procedimento legal cabível para a apuração da prática de crime de responsabilidade.

Art. 124. Na audiência em Plenário, o Secretário de Estado terá assento:

I - na primeira bancada, até o momento de ocupar a tribuna;

II - à direita do Presidente, quando perante Comissões.

§ 1º O Secretário de Estado, em ambos os casos constantes das alíneas "a" e "b" deste artigo, estará subordinado às normas estabelecidas pelos Deputados para o uso da palavra.

§ 2º O comparecimento de mais de um Secretário de Estado à Assembleia Legislativa não poderá ser marcado em um mesmo horário, salvo em caráter excepcional quando a matéria lhes disser respeito conjuntamente.

§ 3º Não será admitida a convocação simultânea de Secretário de Estado por mais de uma comissão.

§ 4º O Secretário de Estado somente poderá ser aparteado ou interpelado sobre assunto objeto de sua exposição ou matéria pertinente à convocação.

§ 5º Em qualquer hipótese, a presença do Secretário de Estado no Plenário não poderá ultrapassar o horário normal da sessão ordinária da Assembleia.

Art. 125. Na hipótese de convocação, o Secretário encaminhará ao Presidente da Assembleia ou da Comissão, até a véspera de sua presença na Casa, sumário da matéria de que virá tratar, para distribuição aos Deputados.

§ 1º O Secretário de Estado, no início do grande expediente ou da Ordem do Dia, poderá falar até trinta minutos, prorrogáveis por mais quinze, pelo Plenário da Casa ou da Comissão, só podendo ser aparteado durante a prorrogação.

§ 2º Encerrada a exposição do Secretário de Estado, poderão ser formuladas interpelações pelos Deputados que se inscreverem previamente, não podendo cada um fazê-lo por mais de cinco minutos, exceto o autor do requerimento de convocação, que terá o prazo de dez minutos.

§ 3º Para responder a cada interpelação, o Secretário terá o mesmo tempo, dado pelo parágrafo anterior, que o Deputado teve para formulá-la.

§ 4º Serão permitidas a réplica e a tréplica pelo prazo de três minutos, improrrogáveis.

§ 5º É lícito aos líderes, após o término dos debates, usar da palavra por cinco minutos, sem apartes.

Seção III Da Ordem Interna

Art. 126. O policiamento do edifício da Assembleia e de suas dependências compete, privativamente, sem intervenção de qualquer outro Poder, à Comissão Executiva da Assembleia.

§ 1º Para esse policiamento, a Comissão Executiva poderá requisitar oficiais e praças da Polícia Militar, que serão postos à inteira disposição da Mesa.

§ 2º É proibido o porte de arma de qualquer espécie nos Edifícios da Assembleia e suas áreas comuns, salvo para os policiais integrantes do Gabinete Militar.

§ 3º O Gabinete Militar será regulamentado por Decreto Legislativo.

Art. 127. Qualquer pessoa poderá assistir às sessões das galerias, desde que em silêncio e respeitando a solenidade do Plenário.

§ 1º Haverá lugares especiais para Secretários de Estado, autoridades federais, estaduais e municipais e de outros Estados, ex-Deputados, membros do Corpo Consular, Magistrados e representantes do Ministério Público.

§ 2º O comitê de imprensa é reservado exclusivamente aos representantes da imprensa escrita, televisão, rádio e veículos de comunicação online - web, credenciados pela respectiva Diretoria, para o exercício de sua profissão junto à Assembleia.

§ 3º Durante as sessões, só serão admitidos no recinto do Plenário os Deputados, os funcionários da Secretaria em serviço e os representantes da imprensa credenciados nos termos do § 2º deste artigo.

§ 4º As Lideranças do Governo e da Oposição poderão ter, cada uma, dois assessores com acesso ao Plenário.

§ 5º Os gabinetes parlamentares e Comissões Permanentes receberão, no início da legislatura, uma credencial de acesso ao Plenário, destinada ao serviço de assessoria aos Deputados.

§ 6º Os espectadores que perturbarem a sessão serão, por determinação do Presidente, compelidos a sair, imediatamente, do edifício da Assembleia.

Art. 128. Quando, por simples advertência, não for possível ao Presidente manter a ordem, poderá o mesmo suspender ou levantar a sessão.

Art. 129. Se algum Deputado cometer, dentro do edifício da Assembleia, qualquer excesso digno de repreensão, a Comissão Executiva, tomando conhecimento do fato, expô-lo-á à Assembleia para esta determinar o que lhe parecer conveniente.

Art. 130. Os delitos cometidos nas dependências da Assembleia serão apurados mediante instauração de inquérito sob a responsabilidade do Gabinete Militar, com o acompanhamento de um membro da Mesa indicado pelo Presidente.

§ 1º A Assembleia poderá solicitar a cooperação técnica de órgãos policiais especializados ou requisitar servidores de seus quadros para auxiliar na realização do inquérito.

§ 2º O inquérito será enviado, após a sua conclusão, à autoridade judiciária competente.

§ 3º Observar-se-ão nesse inquérito, no que couber, as regras do processo penal, processo administrativo e regulamentos policiais do Estado.

§ 4º Em caso de flagrante de crime inafiançável, realizar-se-á a prisão e o agente será entregue com o auto respectivo à autoridade competente.

CAPÍTULO V DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA

Seção I Das Proposições em Geral

Art. 131. Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às Comissões competentes e publicada no Diário da Assembleia e em avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às Lideranças e às Comissões.

§ 1º As proposições poderão ser de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, projetos de emenda à constituição, emendas e requerimentos.

§ 2º Só serão aceitas pela Mesa proposições sobre assunto da competência da Assembleia e redigidas de acordo com este Regimento.

§ 3º Toda proposição deverá ser redigida com clareza, em termos explícitos e sintéticos.

§ 4º A Presidência deixará de aceitar qualquer proposição que delegue a outro Poder atribuições exclusivas do Legislativo.

§ 5º As proposições serão seguidas de justificativas sucintas e quando estiverem revogando ou alterando lei ou artigo de lei estes deverão estar anexados.

§ 6º Não serão admitidas, em qualquer proposição, expressões ofensivas a quem quer que seja.

§ 7º Exceto nos casos previstos neste Regimento, nenhuma proposição será objeto de discussão ou de votação, sem que sobre ela seja emitido parecer pela Comissão competente.

§ 8º Quando apresentadas à Mesa, as proposições receberão um número de protocolo, em duas vias, no ato, contendo a data e o horário de protocolização, ficando uma via com a Mesa e outra em posse do autor.

• *Constituição Estadual - Arts. 63 a 73.*

Art. 132. As proposições de iniciativa dos Deputados serão lidas pelo 1º Secretário na mesma sessão em que forem protocoladas e, ao passar-se à Ordem do Dia, o Presidente as submeterá a voto, no sentido de se tornarem ou não objeto de deliberação.

§ 1º Considerada a proposição objeto de deliberação, será a mesma enviada à Comissão competente, depois de numerada, registrada e extraída a cópia para a devida comunicação e publicação.

§ 2º Não sendo considerada objeto de deliberação, estará a proposição desde logo rejeitada.

§ 3º Independentemente de apoio, sendo sempre consideradas objeto de deliberação, as proposições das Comissões Permanentes, as de iniciativa do Governador de Estado e do Chefe do Poder Judiciário, e as que vierem assinadas por cinco Deputados, pelo menos.

Art. 133. Das decisões da Mesa deixando de aceitar qualquer proposição, caberá recurso ao Plenário, no prazo de três dias.

Art. 134. Verificada, em qualquer fase do processo legislativo, a semelhança de objeto entre duas ou mais proposições, o fato será comunicado ao Plenário, abrindo-se o prazo de cinco dias para o pedido de anexação das proposições.

§ 1º Aprovado o pedido de anexação das proposições, estas serão encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça para, através de parecer, unificar os textos sob a autoria dos Deputados subscritores das propostas anexadas.

§ 2º Rejeitada a proposta de unificação das proposições idênticas, prosseguirá em tramitação a de protocolo mais antigo, arquivando-se as demais.

Seção II Dos Projetos

Art. 135. A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções, de decretos legislativos e propostas de emenda à Constituição.

§ 1º Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência da Assembleia com a sanção do Governador, nos termos da Constituição do Estado.

§ 2º Os projetos de resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual sobre os quais deva a Assembleia pronunciar-se exclusivamente em casos concretos, tais como:

- I - perda de mandato de Deputado;
- II - suspensão temporária do exercício do mandato;
- III - matéria de natureza regimental;
- IV - criação de Comissão Parlamentar de Inquérito;
- V - conclusão de Comissão Parlamentar de Inquérito;
- VI - declaração de procedência de acusação criminal contra o Governador e Vice-Governador de Estado e, quando houver conivência de seus Secretários de Estado;
- VII - contas do Governador;
- VIII - mudança temporária da sede da Assembleia;
- IX - contas do Poder Legislativo, apresentadas pela Mesa;

X - licença para Deputado desempenhar missão temporária de caráter diplomático ou cultural;

XI - delegação legislativa ao Governador;

XII - todo e qualquer ato de sua economia interna, que não exceda os limites do simples ato administrativo, respeitando o regulamento dos seus serviços;

XIII - consulta plebiscitária para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.

§ 3º Os projetos de decreto legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência exclusiva da Assembleia que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como:

I - fixação, em cada legislatura, da remuneração dos Deputados para a subsequente;

- *Constituição Estadual - Art. 54, inciso VI e Lei nº 15.433, de 15 de Janeiro de 2007*

II - fixação de remuneração do Governador e do Vice-Governador e Secretários de Estado;

- *Constituição Estadual - Art. 54, inciso VII e Lei Estadual nº 15.433, de 15 de Janeiro de 2007*

III - solicitação de intervenção federal para garantir o livre exercício do Poder Legislativo;

IV - autorização para o Governador e Vice-Governador se afastarem do País ou do Estado, por mais de quinze dias;

V - aprovação ou suspensão de intervenção estadual nos municípios;

VI - aprovação da indicação dos conselheiros e auditores do Tribunal de Contas;

VII - aprovação do nome do Procurador-Geral da Justiça do Estado;

VIII - sustação de processo criminal contra Deputados;

IX - deliberação sobre solicitação do Tribunal de Contas a respeito de contrato inquinado de ilegalidade;

X - autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembleia Legislativa, em obediência aos preceitos constitucionais e legais.

Art. 136. A resolução e o decreto legislativo serão promulgados pelo Presidente da Assembleia Legislativa dentro de quarenta e oito horas da sua aprovação, sendo que se este não o fizer, o 1º Vice-Presidente fá-lo-á, em igual prazo.

Art. 137. Os projetos deverão ser assinados pelos seus autores, adotando as normas da Lei Complementar nº 95, de 1998, e do Decreto Federal nº 4.176, de 28 de março de 2002, sendo concisos, claros e precedidos de ementa.

§ 1º O autor do projeto poderá fundamentá-lo por escrito, observadas as disposições deste Regimento.

§ 2º Nenhum artigo de projeto poderá conter duas ou mais proposições independentes entre si, de modo que postas em votação, possa adotar-se uma e rejeitar outra.

§ 3º Sempre que um projeto não estiver devidamente redigido, a Mesa restitui-lo-á ao autor para adequá-lo de acordo com as determinações regimentais.

§ 4º Não será considerado objeto de deliberação o projeto manifestamente inconstitucional ou antirregimental.

§ 5º Todos os projetos, a juízo do Presidente da Assembleia, entrarão na Ordem do Dia, desde que tenham parecer das Comissões a cujo exame tiverem sido submetidos.

Art. 138. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Art. 139. O projeto de lei que receber parecer contrário quanto ao mérito, de todas as Comissões a que for distribuído, será tido como rejeitado.

. Art. 68, § 18, Regimento Interno

Art. 140. As matérias de projetos de lei rejeitados ou não sancionados, assim como a constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderão constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa mediante proposta da maioria absoluta dos Membros da Assembleia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador.

Seção III Da Iniciativa Popular

Art. 141. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembleia Legislativa de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um centésimo do eleitorado paranaense, distribuído pelo menos por cinquenta municípios, com não menos de três milésimos dos eleitores de cada um deles, obedecidas as seguintes condições:

I - a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral;

II - as listas de assinaturas serão organizadas por municípios e distritos administrativos ou judiciários, em formulários padronizados pela Mesa da Assembleia;

III - o projeto será instruído com documento hábil do Tribunal Regional Eleitoral quanto ao contingente de eleitores alistados em cada território municipal, aceitando-se, para esse fim, os dados referentes ao ano anterior, se não disponíveis outros mais recentes;

IV - será lícito à entidade da sociedade civil patrocinar a apresentação de projetos de iniciativa popular, responsabilizando-se inclusive pela coleta de assinaturas;

V - o projeto será protocolado e encaminhado ao Presidente da Assembleia, que verificará se foram cumpridas as exigências constitucionais para sua apresentação;

VI - o projeto de lei de iniciativa popular terá a mesma tramitação dos demais, integrando sua numeração geral;

VII - nas Comissões ou em Plenário, poderá usar da palavra para discutir o projeto de lei, pelo prazo de vinte minutos, o primeiro signatário, ou quem este tiver indicado quando da apresentação;

VIII - cada projeto de lei deverá circunscrever-se a um mesmo assunto, podendo, caso contrário, ser desdobrado pela Comissão de Constituição e Justiça em proposições autônomas, para tramitação em separado;

IX - não se rejeitará, liminarmente, projeto de lei de iniciativa popular por vícios de linguagem, lapsos ou imperfeições de técnica legislativa, incumbindo à Comissão de Constituição e Justiça sanar os vícios formais para sua tramitação;

X - a Mesa designará Deputado para exercer, em relação a projeto de lei de iniciativa popular, os poderes ou atribuições conferidos por este Regimento ao autor da proposição, devendo recair sobre quem tenha sido, com a sua anuência, previamente indicado com essa finalidade pelo primeiro signatário do projeto.

Seção IV **Dos Requerimentos**

Art. 142. Requerimento é todo pedido dirigido ao Presidente da Assembleia, sobre objeto de expediente ou de ordem, por qualquer Deputado ou Comissão.

Parágrafo único. Os requerimentos são de duas espécies:

I - os sujeitos a despacho do Presidente;

II - os sujeitos à deliberação da Assembleia.

Art. 143. Estarão sujeitos a despacho do Presidente e independem de apoio preliminar, de discussão e votação os requerimentos verbais que solicitarem:

I - a palavra, ou a desistência dela;

II - a posse de Deputado;

III - a leitura de qualquer matéria sujeita ao conhecimento do Plenário;

IV - a retirada de requerimento verbal ou escrito;

V - a retificação de ata;

VI - a inserção de declaração de voto em ata;

VII - a observância de algum dispositivo regimental;

VIII - a retirada pelo autor de proposição sem parecer ou com parecer contrário;

IX - verificação de votação;

X - o preenchimento de vagas nas Comissões;

XI - informações sobre a ordem dos trabalhos;

XII - verificação de quórum.

Art. 144. Serão escritos e independem de discussão e votação, sendo despachados pelo Presidente, de ofício, os requerimentos de qualquer Comissão solicitando audiência de outras, sobre qualquer assunto, bem como os requerimentos de informações oficiais.

Art. 145. Os requerimentos dependerão de deliberação do Plenário.

§ 1º Serão escritos e independentes de apoio e discussão, podendo ser votados com qualquer número, requerimentos que solicitarem:

I - publicação de informações oficiais no Diário da Assembleia;

II - nomeação de Comissões externas;

III - inserção em ata de votos de regozijo ou de pesar;

IV - levantamento da sessão por motivo de pesar ou regozijo público;

V - manifestação de regozijo ou de pesar através de ofício, telegrama ou por qualquer forma escrita;

VI - permissão para falar sentado.

§ 2º Serão escritos e independentes de apoio e de discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria dos Deputados, os requerimentos que solicitarem:

I - dispensa de interstício para a inclusão de determinada proposição na Ordem do Dia;

II - dispensa de membro de qualquer Comissão;

III - retirada de proposição, substitutivo, emenda ou subemenda com parecer favorável;

IV - destaque de emenda aprovada, ou de parte de projeto, para constituir projeto separado;

V - remessa, à determinada Comissão, de documentos despachados a outra;

VI - discussão e votação de proposição por títulos, capítulos, grupos de artigos ou de emendas;

VII - adiamento da discussão ou votação;

VIII - encerramento de discussão;

IX - votação por determinado processo;

X - preferência;

XI - audiência de uma Comissão sobre determinada matéria;

XII - inclusão de qualquer proposição na Ordem do Dia, nos termos deste Regimento.

§ 3º Serão escritos e sujeitos a apoio e discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria dos Deputados, os requerimentos que versarem sobre:

I - convocação de Secretário de Estado e outras autoridades;

II - urgência;

III - inserção nos anais ou no Diário da Assembleia de documentos não oficiais;

IV - criação de Comissões Especiais;

V - sessões extraordinárias;

VI - licença para se ausentar do país ou de interesse particular;

VII - autorização para realizar missão de caráter diplomático ou cultural;

VIII - quaisquer outros assuntos que não se refiram a incidentes sobrevindos no decurso das discussões ou votações;

IX - informações a Secretários de Estado e outras autoridades.

Art. 146. A nenhum Deputado será permitido fazer seu o requerimento de outro depois deste tê-lo retirado.

Art. 147. Independará de apoioamento o requerimento subscrito por cinco ou mais Deputados.

Art. 148. Os requerimentos de informações dirigidos a Secretários de Estado e outras autoridades somente poderão referir-se a fato relacionado com a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito à fiscalização da Assembleia Legislativa.

§ 1º Se no prazo de 48 (quarenta e oito) horas os esclarecimentos forem espontaneamente prestados, o requerimento não será encaminhado.

§ 2º Não sendo prestadas as informações no prazo de trinta dias, o Presidente da Assembleia, mediante pedido do autor, aplicará as penas previstas na Constituição do Estado.

§ 3º Recebida a resposta, essa constará do expediente e será encaminhada ao Deputado requerente.

§ 4º O Presidente deixará de encaminhar requerimento que contenha expressões descorteses, bem como deixará de receber resposta com termos ofensivos à dignidade de Deputado ou da Assembleia, cientificando do ato o interessado.

Art. 149. Se o Presidente decidir não encaminhar requerimento de informação, dará conhecimento da decisão e de seus fundamentos ao autor, o qual poderá solicitar audiência da Comissão de Constituição e Justiça.

Seção V Das Emendas

Art. 150. Emenda é a proposição apresentada como acessório de outra proposição.

Art. 151. As emendas são:

- I – supressivas;
- II – aditivas;
- III – modificativas;
- IV – substitutivas gerais;
- V – de redação.

§ 1º Emenda supressiva é aquela que erradica qualquer parte da proposição ou separa em duas ou mais partes qualquer artigo, parágrafo, inciso ou alínea.

§ 2º Emenda aditiva é aquela que acrescenta informações à proposição.

§ 3º Emenda modificativa é aquela que altera a proposição não descaracterizando sua essência, podendo ser:

I – ampliativa, quando estender a outra pessoa ou objeto a disposição a que se refere;

II – restritiva, quando diminuir a extensão da disposição que modifica;

III – corretiva, nos casos em que não modificar a substância da disposição a que se refere, apenas adequando sua redação.

§ 4º Emenda substitutiva geral é aquela apresentada como sucedânea da proposição, abrangendo sua totalidade.

§ 5º Emenda de redação é apresentada em Plenário quando da votação da redação final da proposição, sendo admitida apenas para evitar incorreção, incoerência, contradição ou absurdo manifesto.

Art. 152. Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

Parágrafo único. A Mesa fará publicar na ata dos trabalhos da Assembleia qualquer emenda que houver sido recusada com fundamento no *caput* deste artigo.

Art. 153. A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.

Art. 154. As emendas deverão ser apoiadas para que sejam consideradas objeto de deliberação.

Parágrafo único. Independem de apoio as emendas das Comissões e as que forem subscritas por cinco Deputados.

Art. 155. Nos projetos de competência exclusiva da Assembleia, dos Tribunais e do Ministério Público que disponham sobre criação ou extinção de cargos de sua secretaria ou fixação dos respectivos vencimentos, somente serão admitidas emendas quando assinadas pela metade, no mínimo, dos membros da Assembleia.

Art. 156. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas Comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no § 3º do art. 63 deste Regimento.

§ 1º Apresentada emenda a projeto em discussão, em regime de urgência, o Presidente encaminhá-la-á à Comissão competente para opinar no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2º Quando, pelo número ou importância das emendas oferecidas, tornar-se difícil o pronunciamento imediato do Plenário, o Presidente, com requerimento de Deputado, enviará o projeto e emendas à Comissão competente para emitir parecer, o qual será impresso e distribuído em avulsos sem sofrer discussão especial.

§ 3º O Governador do Estado, o Presidente do Tribunal de Contas, o Presidente do Tribunal de Justiça e o Procurador-Geral da Justiça poderão propor alterações aos projetos de sua iniciativa enquanto estiver a matéria na dependência do parecer das Comissões.

Seção VI **Das Discussões**

Subseção I **Das Disposições Gerais**

Art. 157. Nenhum projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo será aprovado senão depois de ter passado por duas discussões, salvo os casos previstos expressamente neste Regimento.

Art. 158. Nenhum projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo poderá ser discutido sem que tenha sido incluído na Ordem do Dia pelo menos 24 (vinte e quatro) horas antes.

Art. 159. A primeira discussão de um projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo versará, exclusivamente, sobre a sua constitucionalidade e legalidade e será feita tomando-se a proposição como um todo.

Art. 160. A segunda discussão será feita sobre cada artigo separadamente e as emendas que forem oferecidas entrarão em discussão, conjuntamente, com os artigos a que se referirem.

Parágrafo único. Quando um projeto contiver um número considerável de artigos, a Assembleia poderá resolver, com requerimento de qualquer Deputado, que a segunda discussão se faça por títulos, capítulos, seções ou grupos de artigos.

Art. 161. As emendas aceitas em segunda discussão passarão por mais uma discussão.

§ 1º Essa nova discussão versará somente sobre as emendas aprovadas em segunda discussão.

§ 2º Nessa discussão, é vedado oferecer outras emendas, salvo de redação.

Art. 162. O projeto com as emendas aprovadas em caráter definitivo será encaminhado à Comissão de Redação com as emendas aprovadas.

Parágrafo único. Após a elaboração das devidas correções o projeto será impresso e distribuído em avulso aos Deputados, e incluído na Ordem do Dia para ser imediatamente discutida sua redação final.

Art. 163. Os Deputados que desejarem falar numa discussão inscrever-se-ão após a inclusão da matéria na Ordem do Dia.

§ 1º Os oradores terão a palavra na ordem de inscrição alternadamente, a favor e contra.

§ 2º Respeitada a alternância, a palavra será concedida dentre os inscritos na seguinte forma:

I - ao autor da proposição;

II - aos relatores, respeitada a ordem de pronunciamento das respectivas Comissões;

III - ao autor do voto vencido, originariamente designado relator.

§ 3º Na hipótese de todos os Deputados inscritos para a discussão de determinada proposição serem a favor ou contra ela, ser-lhes-á dada a palavra pela ordem de inscrição, sem prejuízo da precedência estabelecida no § 2º deste artigo.

Art. 164. O Deputado que usar a palavra sobre a proposição em discussão não poderá:

I - desviar-se da questão em debate;

II - falar sobre o vencido;

III - usar de linguagem imprópria;

IV - ultrapassar o prazo regimental.

Art. 165. Nenhum Deputado poderá solicitar a palavra quando houver orador na tribuna, exceto para solicitar a prorrogação de prazo ou levantar questão de ordem.

Art. 166. Se um Deputado pretender falar sem que lhe tenha sido dada a palavra, ou continuar com este gesto antirregimental, o Presidente adverti-lo-á convidando-o a sentar-se, mas se, apesar dessa advertência e desse convite, o Deputado insistir em falar, o Presidente cassará a palavra.

Art. 167. Em cada discussão, pode qualquer Deputado falar pelo prazo máximo de dez minutos, a favor ou contra, alternadamente, observado o disposto no art. 166 deste Regimento.

Parágrafo único Sobre a redação final, o Deputado só poderá falar para emendá-la, ou sobre a emenda, apenas uma vez, pelo prazo de dez minutos.

Art. 168. Sobre qualquer outra matéria em discussão não regulada por este Regimento, cada Deputado poderá falar uma vez, pelo prazo de dez minutos.

Art. 169. Se algum Deputado pedir a palavra sobre requerimento sujeito à discussão, será esta adiada para depois de ultimada a Ordem do Dia seguinte.

Art. 170. O encerramento normal de qualquer discussão dar-se-á pela ausência de oradores.

Art. 171. É permitido a qualquer Deputado requerer o encerramento da discussão, observadas as seguintes regras:

I - na primeira discussão, desde que a matéria tenha sido discutida em uma sessão anterior;

II - na segunda discussão, quando já tenham falado, pelo menos, seis oradores sobre o assunto cuja discussão se pretender encerrar.

Art. 172. O Deputado dirigirá as suas palavras ao Presidente ou para a Assembleia de um modo geral, não sendo permitidas expressões injuriosas ou descorteses.

Parágrafo único. Referindo-se em discussão a um colega, o Deputado deverá fazer preceder o seu nome do tratamento de Senhor e dar-lhe sempre o tratamento de Excelência quando a ele se dirigir.

Subseção II **Do Adiamento da Discussão**

Art. 173. Antes de ser iniciada a discussão de um projeto, será permitido o seu adiamento, que não excederá a dez sessões e por uma única vez, mediante requerimento escrito e assinado por Deputado.

§ 1º Ao projeto em regime de urgência será admitido adiamento por uma única sessão apenas e desde que requerido por cinco Deputados ou por líderes que representem esse número de parlamentares.

§ 2º Quando para a mesma proposição forem apresentados dois ou mais requerimentos, será votado em primeiro lugar o de prazo mais longo.

Seção VII Da Votação

Subseção I Das Disposições Gerais

Art. 174. Nenhuma matéria será colocada em votação sem a presença de número legal de Deputados.

§ 1º O painel eletrônico de votação será usado na votação de qualquer proposição, salvo no processo simbólico, quando seu uso se restringirá à verificação de votação.

§ 2º A verificação de *quórum* será feita pelo Presidente da Assembleia por meio do sistema eletrônico, caso em que, somente ao final do procedimento, o resultado constará no painel.

§ 3º Tratando-se de causa própria ou assunto em que tenha interesse individual, deverá o Deputado dar-se por impedido, fazendo comunicação à Mesa e, para efeito de quórum, seu voto será considerado em branco.

§ 4º Durante o tempo destinado à votação, nenhum Deputado poderá deixar o recinto das sessões.

§ 5º Proceder-se-á imediata votação das proposições sujeitas à discussão, logo após o encerramento desta, sem que elas tenham recebido emendas, hipótese em que, retornarão às Comissões para parecer.

§ 6º Só será interrompida a votação de uma proposição por falta de número regimental de presenças, ou por se ter esgotado o período destinado à Ordem do Dia, hipótese em que, não tendo havido prorrogação, a votação ficará adiada, na parte em que se achar, para prosseguir na sessão seguinte.

Art. 175. É lícito ao Deputado, depois da votação, enviar à Mesa, para publicação, declaração escrita de voto, redigida em termos regimentais, sem lhe ser permitido, todavia, lê-la ou fazer a seu respeito qualquer comentário da tribuna.

Art. 176. Salvo disposição constitucional ou regimental em contrário, as deliberações da Assembleia serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros.

Art. 177. Os projetos de leis complementares somente serão aprovados se obtiverem maioria absoluta da Assembleia, observadas, no seu trâmite, as demais normas regimentais para discussão e votação.

Subseção II Dos Processos de Votação

Art. 178. São dois os processos de votação:

I – simbólico;

II - nominal.

Art. 179. Pelo processo simbólico, o Presidente, ao anunciar a votação de uma matéria, convidará os Deputados a favor para permanecerem sentados e proclamará o resultado manifesto dos votos.

Art. 180. Nas votações simbólicas, após proclamado, pelo Presidente, o seu resultado, qualquer Deputado que delas tenha participado poderá pedir verificação de votação.

§ 1º Requerida a verificação, o Presidente fará nova votação através do painel.

§ 2º É vedado a qualquer Deputado retirar-se do recinto no momento de ser votada uma proposição ou parte da mesma e, caso haja votado, por ocasião da verificação correspondente.

Art. 181. A votação nominal será processada através do painel.

Parágrafo único. Ocorrendo falha no sistema do painel eletrônico, o Presidente procederá ao chamamento do Deputado que, ao anúncio de seu nome, responderá “sim”, “não” ou “abstenção”, conforme queira votar a favor, contra ou se abster.

Subseção III Do Método de Votação e do Destaque

Art. 182. Salvo deliberação em contrário, as proposições serão votadas em dois turnos.

Art. 183. As emendas serão votadas em grupos, conforme tenham parecer favorável ou contrário.

§ 1º Nos casos em que houver, em relação às emendas, pareceres divergentes das Comissões, serão votadas uma a uma, salvo deliberação em contrário.

§ 2º O Plenário poderá conceder, com requerimento de qualquer Deputado, que a votação das emendas se faça destacadamente ou uma a uma.

§ 3º Também poderá ser deferida pelo Plenário a votação da proposição por partes, tais como: títulos, capítulos, artigos, seções ou grupos de artigos.

§ 4º O pedido de destaque deverá ser feito antes de anunciada a votação.

§ 5º O requerimento relacionado a qualquer proposição precederá na votação, observadas as exigências regimentais.

§ 6º Destaque é o ato de separar uma proposição, para possibilitar a sua votação isolada pelo Plenário.

Subseção IV Do Encaminhamento da Votação

Art. 184. No encaminhamento da votação será assegurada a palavra a qualquer Deputado, para encaminhá-la pelo prazo de dez minutos, cinco Deputados a favor e cinco contra, por ordem de inscrição, nos termos do art. 167 deste Regimento.

Parágrafo único. Na hipótese de todos os Deputados inscritos para a discussão de determinada proposição serem a favor ou contra ela, ser-lhes-á dada a palavra pela ordem de inscrição, sem prejuízo da precedência estabelecida no § 2º do art. 162 deste Regimento.

Art. 185. O encaminhamento da votação terá lugar logo após ter sido anunciada a votação.

Art. 186. Para encaminhar a votação, cada Deputado, salvo os relatores, só poderá falar uma vez.

Subseção V Do Interstício

Art. 187. Denomina-se interstício o prazo decorrente entre dois atos consecutivos referentes a uma mesma proposição.

§ 1º Entre cada votação e a discussão seguinte de um mesmo projeto haverá interstício de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 2º A Assembleia poderá diminuir esse interstício, com requerimento de qualquer Deputado, nunca, porém, de modo que se faça na mesma sessão uma votação e a discussão subsequente.

§ 3º Será de 48 (quarenta e oito) horas o prazo destinado à redação para nova discussão.

§ 4º Tendo em vista a extensão do projeto e o número das emendas que lhe forem incorporadas na redação, o Presidente poderá prorrogar o prazo reservado às Comissões para esse fim.

Art. 188. Não poderão ser dispensados de interstício para discussão, após sua aprovação, os projetos emendados, que serão enviados às Comissões, para a redação do vencido, e os de criação de cargos na Secretaria da Assembleia e Tribunais.

Seção VIII Da Preferência

Art. 189. Denomina-se preferência a primazia na discussão ou na votação de uma proposição sobre outra ou outras.

Art. 190. Terão preferência para discussão e votação as seguintes matérias, na ordem assim estabelecida:

- I - prorrogação da sessão legislativa;
- II - emenda constitucional;
- III - adiamento da sessão legislativa;
- IV - matéria considerada urgente;
- V - leis orçamentárias.

Art. 191. Terão preferência na votação:

I - as emendas supressivas;

II - as emendas substitutivas sobre a proposição a que se referirem, bem como sobre as aditivas e as modificativas;

III - as emendas das Comissões sobre as dos Deputados.

Parágrafo único. Os requerimentos de preferência serão escritos e resolvidos pela ordem de sua apresentação, mas, quando simultaneamente, a preferência será regulada pela importância da matéria a que se referirem, a critério do Presidente.

Art. 192. A ordem regimental poderá ser alterada por deliberação do Plenário da Assembleia.

§ 1º Não será admitida a preferência de matéria em discussão sobre proposição em votação.

§ 2º O requerimento de preferência para votação de qualquer artigo de uma proposição ou de uma emenda, deverá ser apresentado ao se anunciar a votação deste.

§ 3º Para a votação de uma emenda preferencialmente às outras, deverá o requerimento ser apresentado ao se enunciar a emenda.

§ 4º Para preferência de que resulte inversão parcial ou total da Ordem do Dia, será necessário requerimento escrito e apoiado por cinco Deputados.

§ 5º Independentemente desse número de assinaturas os requerimentos de preferência subscritos pelos Presidentes de Comissões Permanentes, pelos relatores de projetos ou por qualquer membro da Mesa.

Art. 193. Quando os requerimentos de preferência excederem a três, o Presidente verificará, por consulta prévia, se a Assembleia admite modificação na Ordem do Dia.

§ 1º Admitidas as modificações, os requerimentos serão considerados na ordem de sua apresentação.

§ 2º Recusada a admissão, considerar-se-ão prejudicados todos os requerimentos de preferência.

Seção IX Da Urgência

Art. 194. Urgência é a dispensa de exigências, interstícios ou formalidades regimentais, salvo as referidas no parágrafo segundo deste artigo.

§ 1º O requerimento solicitando urgência para a tramitação de proposição deve ser fundamentado e apoiado por um terço dos Deputados ou por líderes que representem esse número.

§ 2º Não se dispensam os seguintes requisitos:

I - publicação da proposição no site oficial da Assembleia, em pesquisa legislativa;

II - pareceres das Comissões;

III - quórum para deliberação.

§ 3º As proposições urgentes em virtude da natureza da matéria ou de requerimento aprovado pelo Plenário, na forma do art. 194 deste Regimento, terão o mesmo tratamento e trâmite regimental.

Art. 195. Aprovado pela Assembleia o requerimento de urgência para qualquer proposição, será esta encaminhada da seguinte forma:

I - será concedido o prazo de 48 (quarenta e oito) horas a cada uma das Comissões Permanentes, após o recebimento pelo Presidente da mesma, que deverão opinar a respeito proferindo os seus respectivos pareceres;

II - expirados os prazos em apreço, será a proposição incluída na Ordem do Dia, caso haja merecido os pareceres das Comissões Permanentes.

Art. 196. Tratando-se de iniciativa do Poder Executivo objetivando a abertura de crédito, será dispensado o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sendo encaminhada a matéria diretamente à Comissão de Finanças, desde que lhe seja dado o regime de urgência.

Art. 197. Quando faltarem apenas vinte dias ou menos para o término de uma sessão legislativa, somente poderão ser considerados de urgência os projetos de crédito solicitado pelo Poder Executivo, além daqueles apresentados na forma do art. 193 deste Regimento.

Seção X **Da Redação Final**

Art. 198. Ultimada a votação, será o projeto com as respectivas emendas, se houver, enviado à Comissão de Redação para elaborar o texto.

§ 1º Excetuam-se ao disposto neste artigo os projetos de lei orçamentária, tomada de contas do Governador e a emenda à Constituição, enviados à Comissão de Orçamento e à Comissão Especial de Reforma à Constituição, respectivamente.

§ 2º A redação final será votada depois de publicada no Diário da Assembleia ou em avulsos.

§ 3º A Assembleia poderá dispensar a publicação da redação quando a Comissão a aprovar por unanimidade.

§ 4º A votação da redação final será dispensada, salvo se houver defeito ou erro manifesto a corrigir, nos projetos aprovados em dois turnos sem emendas.

Art. 199. Só caberão emendas à redação final para evitar incorreções de linguagem, incoerência notória e contradição evidente, ou correção para a aplicabilidade da proposta.

§ 1º A votação das emendas de redação final terá preferência sobre a redação final.

§ 2º Aprovada a emenda, voltará a proposição à Comissão de Redação, para que apresente nova redação final dentro de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 3º Quando for verificada inexatidão de texto, a partir da aprovação da redação final até a expedição do autógrafo, o Presidente procederá à respectiva correção e dará conhecimento ao Plenário.

§ 4º Não havendo impugnação, a correção efetuada na redação final será considerada aceita.

§ 5º Em caso contrário ao disposto no § 4º deste artigo caberá ao Plenário decidir sobre a correção na redação final.

Art. 200. Sobre a redação final, o Deputado só poderá falar para emendá-la, ou sobre a emenda, apenas uma vez e pelo prazo de quinze minutos.

Seção XI Do Autógrafo

Art. 201. Os autógrafos reproduzirão a redação final, aprovada pelo Plenário, ou o texto original, quando dispensada.

Parágrafo único. Dispensada a redação final, havendo vício de linguagem evidente no texto original ou inadequação à técnica legislativa, poderão ser feitas as alterações necessárias.

Art. 202. Os autógrafos relativos a projetos de iniciativa deste Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Poder Executivo ou do Ministério Público serão enviados à sanção acompanhados da autoria e do resumo das respectivas justificativas, no prazo máximo de dez dias contados da sua aprovação definitiva em plenário.

Parágrafo único. Após a assinatura dos autógrafos pelo Presidente da Assembleia, o 1º e 2º Secretários deverão assiná-los num prazo de 48 (quarenta e oito) horas e, na falta e impedimentos destes, o 1º e 2º Secretários serão substituídos pelo 3º Secretário.

CAPÍTULO VI DAS MATÉRIAS SUJEITAS A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Seção I Da Proposta de Emenda à Constituição

Art. 203. As propostas de emenda à Constituição Estadual poderão ser apresentadas:

I - por iniciativa parlamentar, desde que com o apoio de, no mínimo, um terço dos parlamentares;

II - por iniciativa do Governador do Estado; e

III - por iniciativa subscrita por, pelo menos, um terço dos Presidentes das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se cada uma delas pela maioria de seus membros.

§ 1º Recebida a proposta de emenda, esta será autuada e remetida à Comissão de Constituição e Justiça, que se pronunciará sobre sua admissibilidade, no prazo de cinco sessões ordinárias.

§ 2º Caso o parecer da Comissão de Constituição e Justiça seja pela inadmissibilidade da proposta, o autor da proposição poderá, no prazo de dez dias, contado da data da publicação da ata da sessão na qual o parecer foi aprovado, requerer a apreciação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça em Plenário.

§ 3º O requerimento de que trata o § 2º deste artigo deverá contar com o apoio de líderes que representem, no mínimo, um terço dos Deputados ou com assinatura de, pelo menos, um terço dos parlamentares.

§ 4º Não havendo pedido de apreciação pelo Plenário do parecer da Comissão de Constituição e Justiça opinando pela inadmissibilidade da Proposta de Emenda Constitucional, a proposição será arquivada.

Art. 204. Reconhecida a admissibilidade da proposta de emenda constitucional, o Presidente da Assembleia determinará sua publicação para que, no prazo de três sessões ordinárias, após ciência ao Plenário, esta possa receber emendas.

§ 1º No prazo de que trata o *caput* deste artigo, observado o quociente de representação, os líderes deverão indicar seus representantes para compor Comissão Especial, composta de cinco membros, para o exame do mérito da proposição e das emendas.

§ 2º A Comissão Especial terá prazo de dez sessões ordinárias, contadas de sua constituição, para emitir o parecer.

Art. 205. Recebido e publicado o parecer da Comissão, a proposta e respectivas emendas serão incluídas na Ordem do Dia.

Art. 206. A proposta será submetida a dois turnos de discussão e votação, com interstício de cinco sessões.

Art. 207. Será aprovada a proposta, pelo processo nominal, que obtiver, em ambos os turnos, três quintos dos votos dos membros da Assembleia Legislativa.

Art. 208. Aplica-se à proposta de emenda à Constituição, no que não colidir com o disposto nos artigos anteriores, as disposições regimentais relativas ao trâmite e apreciação dos projetos de lei.

Art. 209. Propostas e emendas aprovadas, retornarão à Comissão Especial para a elaboração da redação final.

Art. 210. Aprovada a redação final, será a emenda promulgada pela Mesa da Assembleia, com o respectivo número de ordem.

Seção II **Dos Projetos de Iniciativa do Governador do Estado** **com Solicitação de Urgência**

Art. 211. A apreciação do projeto de lei de iniciativa do Governador do Estado, para o qual se tenha solicitado urgência, nos termos dos § 1º, § 2º e § 3º do art. 66 da Constituição do Estado, obedecerá ao seguinte:

I - findo o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias de seu recebimento pela Assembleia Legislativa sem a manifestação definitiva do Plenário, o projeto será incluído na Ordem do Dia, suspendendo-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação;

II - a solicitação do regime de urgência poderá ser feita pelo Governador do Estado depois da remessa do projeto e em qualquer fase de seu andamento, aplicando-se a partir daí o disposto neste artigo;

III - os prazos previstos neste artigo não correm nos períodos de recesso da Assembleia nem se aplicam aos projetos de códigos, leis orgânicas e estatutos.

Seção III **Dos Projetos de Código ou** **de Consolidação de Leis**

Art. 212. Recebido ou apresentado por qualquer Deputado um projeto de código ou de consolidação de leis, será o mesmo impresso, a fim de ser distribuído.

§ 1º A Mesa enviará exemplares do projeto às corporações técnicas em geral e às autoridades, cuja audiência possa ser útil, pedindo sugestões a respeito do projeto, as quais poderão ser enviadas dentro do prazo de sessenta dias.

§ 2º Esgotado esse prazo, a Assembleia constituirá uma Comissão Especial composta de cinco membros para opinar, no prazo de trinta dias, sobre o projeto e as sugestões que tenham sido enviadas, podendo adotar aquela que julgar conveniente.

§ 3º Apresentado o parecer da Comissão Especial, o Presidente comunicará aos Deputados que o texto está à disposição no site oficial da Assembleia, juntamente com o projeto, abrindo-se o prazo de quinze dias para receber emendas.

§ 4º Encerrado o prazo de emendas, a Comissão Especial elaborará parecer sobre as mesmas, no prazo de quinze dias.

§ 5º Apresentado o parecer, o Presidente determinará a publicação do mesmo e incluirá o projeto e emendas na Ordem do Dia para discussão por títulos.

§ 6º A discussão e a votação serão feitas por títulos, não podendo qualquer Deputado falar mais de uma vez sobre cada título.

§ 7º Por deliberação de dois terços de seus Membros a Assembleia poderá proceder à votação do texto em sua totalidade.

§ 8º A requerimento da Comissão Especial, sujeito à deliberação do Plenário, os prazos previstos neste capítulo poderão ser prorrogados até o dobro.

§ 9º Aprovado o projeto definitivamente, o mesmo retornará à Comissão Especial para elaboração da redação final.

§ 10. Aprovada a redação final, será o projeto enviado à sanção, no prazo improrrogável de cinco sessões.

Art. 213. Não se fará a tramitação simultânea de mais de dois projetos de código ou de consolidação de leis.

Parágrafo único. A Mesa só receberá projetos de lei, para tramitação na forma deste capítulo, quando a matéria, por sua complexidade ou abrangência, deva ser apreciada como de código ou de consolidação de leis.

Seção IV Do Projeto Orçamentário

Art. 214. Recebido o projeto de lei orçamentária, o Presidente determinará a leitura da mensagem no expediente de sessão ordinária, despachando-o à autuação e, posteriormente, à Comissão de Orçamento, que disponibilizará o arquivo digital para consulta no site oficial da Assembleia.

Parágrafo único. O Poder Executivo enviará as propostas orçamentárias através de documento impresso para protocolização no Plenário e em meio digital, contendo arquivo do Quadro de Detalhamento de Despesa e Relatório de Obras por Município, para análise e elaboração de emendas parlamentares.

Art. 215. As proposições orçamentárias ficarão na Comissão de Orçamento até vinte dias, contados da data da publicação do arquivo digital no site oficial da Assembleia, para análise preliminar, processamento do sistema de controle de emendas orçamentárias e elaboração do manual simplificado, que é a base da formulação de emendas.

Art. 216. Esgotada a fase preliminar, será aberto o prazo de vinte dias para a apresentação de emendas, podendo ser prorrogado por uma vez, a critério da Comissão de Orçamento.

Art. 217. A Comissão de Orçamento disponibilizará em meio eletrônico o programa de formulários para a elaboração das emendas, que deverão ser entregues através do mesmo sistema de controle de emendas orçamentárias que, na devolução dos arquivos registra o número de protocolo.

§ 1º Os formulários para apresentação de emendas orçamentárias deverão conter as seguintes informações:

I - nome parlamentar do autor da emenda;

II - número de protocolo da emenda;

III - especificação quanto à emenda, informando se a mesma é ao texto, à despesa, ao conteúdo programático ou se é emenda coletiva;

IV - a indicação da funcional programática a que se refere a emenda;

V - a natureza da despesa;

VI - o objeto da emenda;

§ 2º Tratando-se de emenda à despesa, deverá ser indicado o valor e a fonte de recurso, destinatário e quantidade.

§ 3º As emendas coletivas terão formulário próprio com a identificação e assinatura dos autores.

Art. 218. O relator da proposição orçamentária terá vinte dias para analisar as emendas apresentadas nos termos do art. 214 deste Regimento, abordando aspectos técnicos, formais e de mérito das proposições.

Parágrafo único. Concluído o prazo de análise do relator, em conjunto com a assessoria técnica da Comissão de Orçamento, o parecer será apresentado aos demais membros da Comissão para discussão.

Art. 219. No exame das emendas apresentadas às proposições orçamentárias, os Deputados da Comissão de Orçamento poderão apresentar emendas ao texto, à despesa e ao conteúdo programático, desde que visem a correção técnica, retificação ou restabelecimento de equilíbrio financeiro do Estado.

Parágrafo único. Durante a discussão do parecer, poderá usar a palavra qualquer membro da Comissão de Orçamento por dez minutos, improrrogáveis; aos demais Deputados só será permitido usar da palavra por apenas cinco minutos. Depois de todos os oradores terem falado, o relator poderá replicar no prazo de quinze minutos improrrogáveis.

Art. 220. A decisão da comissão sobre as emendas é final, a menos que um terço dos membros da Assembleia requeira a votação em Plenário, sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada na Comissão de Orçamento.

Art. 221. O Poder Executivo poderá enviar modificações ao projeto de lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da matéria na Comissão de Orçamento.

. § 5º do art. 134 da Constituição Estadual

Art. 222. Aprovado o parecer da Comissão de Orçamento, na forma de substitutivo geral, a mesma solicitará a inclusão da matéria na Ordem do Dia.

Art. 223. Aprovado o substitutivo geral em dois turnos, o mesmo retornará à Comissão de Orçamento para elaboração da redação final.

Art. 224. Aprovada a redação final, serão as proposições orçamentárias enviadas à sanção governamental.

Art. 225. Rejeitado o projeto de lei orçamentária ou esgotado o prazo sem a sua aprovação, o Presidente da Assembleia fará a devida comunicação ao Governador do Estado.

Seção V Dos Projetos Vetados

Art. 226. Os projetos devolvidos à Assembleia com veto total ou parcial do Governador serão distribuídos à Comissão competente, segundo os fundamentos do veto, a qual emitirá parecer dentro do prazo improrrogável de dez dias.

§ 1º Com parecer ou sem ele, se a Comissão não o apresentar dentro de dez dias, será o projeto vetado incluído na Ordem do Dia.

§ 2º O veto será apreciado em sessão única, dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pela maioria absoluta dos Deputados.

§ 3º Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no § 2º deste artigo, que não flui durante o recesso parlamentar, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final.

§ 4º Se o veto for rejeitado, o projeto será enviado ao Governador do Estado para promulgação.

§ 5º No caso do § 4º deste artigo, se a lei não for promulgada dentro de 48 (quarenta e oito) horas pelo Governador, o Presidente da Assembleia a promulgará, e se este não o fizer em igual prazo, caberá ao 1º Vice-Presidente fazê-lo.

Seção VI Da Indicação de Autoridades, Conselheiro do Tribunal de Contas e do Procurador-Geral da Justiça do Estado

Art. 227. Recebida a indicação, será constituída Comissão Especial, composta de cinco membros, assegurada a representação proporcional, para, no prazo de três dias, opinar.

Parágrafo único. A Comissão poderá ouvir o indicado em sessão reservada.

- *Constituição Estadual - Art. 54, incisos XXII e XIX e Art. 77*

Art. 228. Recebido o parecer, a Mesa convocará sessão especial, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, para deliberar sobre o nome proposto.

Art. 229. A Assembleia deliberará em discussão única, por maioria dos Deputados presentes, em votação secreta.

§ 1º As cédulas de votação e as sobrecartas não serão rubricadas ou receberão qualquer identificação.

§ 2º As cédulas com rasuras ou identificação anularão o voto.

• *Constituição Estadual - Art. 77*

Art. 230. Os oradores deverão inscrever-se antes do início da discussão e do encaminhamento de votação, respectivamente.

Art. 231. Durante a discussão, cada Deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de quinze minutos.

Art. 232. No encaminhamento da votação, poderá qualquer Deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de dez minutos.

Art. 233. Os apartes, permitidos pelo orador, não poderão exceder a três minutos e não serão permitidos no encaminhamento da votação.

Art. 234. A Assembleia comunicará ao Governador, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o resultado da deliberação.

Seção VII
Das Modificações Do Regimento Interno

Art. 235. O Regimento só poderá ser modificado por meio de projetos de resolução, cabendo à Comissão Executiva interpor parecer sobre qualquer projeto nesse sentido.

§ 1º O projeto e o parecer da Comissão Executiva, depois de publicados e distribuídos, serão submetidos à discussão em dois dias de sessão, pelo menos.

§ 2º Encerrada a discussão, se forem apresentadas emendas, a Comissão Executiva, dentro de três dias, pronunciar-se-á.

§ 3º Fica a Comissão Executiva autorizada a determinar ao término de cada legislatura, a consolidação e a publicação de resoluções aprovadas em Plenário relativas às modificações do Regimento Interno.

Seção VIII Das Leis Delegadas

Art. 236. A Assembleia poderá delegar poderes, de acordo com o art. 72 da Constituição do Estado.

Art. 237. Não poderão ser objeto de delegação os atos da competência exclusiva da Assembleia Legislativa, a matéria reservada à lei complementar e a legislação sobre:

I - organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e as garantias de seus membros;

II - planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos;

III - direitos individuais.

Art. 238. Depois de publicada a matéria em avulsos, será constituída Comissão Especial, composta de cinco membros, para emitir parecer sobre a proposta.

Art. 239. A delegação do Governador terá forma de resolução da Assembleia, que especificará o seu conteúdo, o prazo e os termos para o seu exercício.

Art. 240. O projeto de resolução aprovado pela Comissão Especial será remetido à promulgação e publicação, salvo se, no prazo de dez dias de sua publicação, a maioria dos membros da Comissão ou um quinto da Assembleia requerer sua votação pelo Plenário.

• *Constituição Estadual - art. 72, § 2º*

§ 1º Se for determinada a votação pelo Plenário, esta será feita em única discussão, vedada qualquer emenda.

§ 2º Sempre que for requerida a votação pelo Plenário, o parecer da Comissão e o projeto serão distribuídos em avulsos e, dentro de cinco dias, contados da distribuição, será convocada sessão para a discussão e votação da matéria.

Art. 241. O projeto de resolução, uma vez aprovado, será promulgado dentro de 24 (vinte e quatro) horas, feita a comunicação ao Governador do Estado, conforme o caso.

Art. 242. O projeto elaborado pelo Governador do Estado será votado na íntegra, admitindo-se a votação destacada de partes consideradas, pela Comissão, em desacordo com o ato da delegação.

Seção IX

Da Autorização para o Governador e o Vice-Governador do Estado Ausentarem-se do País ou do Estado

Art. 243. Recebido o pedido de licença do Governador ou Vice-Governador do Estado para ausentarem-se do País ou do Estado por mais de quinze dias, a Comissão de Constituição e Justiça, no prazo de três dias, opinará a respeito.

§ 1º Recebido o parecer, a Mesa incluirá o projeto de decreto legislativo na Ordem do Dia.

§ 2º A Assembleia deliberará, em discussão única, por maioria dos presentes, em votação simbólica.

§ 3º Os oradores deverão inscrever-se antes do início da votação, respectivamente.

§ 4º Durante a discussão, cada Deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de dez minutos.

§ 5º No encaminhamento da votação, poderá qualquer Deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de cinco minutos.

§ 6º Os apartes não poderão exceder a dois minutos e não serão permitidos durante o encaminhamento da votação.

§ 7º O Presidente da Assembleia comunicará ao Governador, dentro de vinte e quatro horas, o resultado da deliberação.

Seção X

Da Autorização para Instauração de Processo Criminal contra o Governador e o Vice-Governador do Estado e os Secretários de Estado

Art. 244. A solicitação do Presidente do Superior Tribunal de Justiça para instauração de processo, nas infrações penais comuns, contra o Governador e Vice-Governador do Estado e os Secretários de Estado será instituída com cópia integral dos autos da ação penal originária.

§ 1º Recebida a solicitação, o Presidente despachará o expediente à Comissão de Constituição e Justiça, observadas as seguintes normas:

I - perante a Comissão de Constituição e Justiça, o acusado ou seu defensor terá o prazo de dez sessões para apresentar defesa escrita e indicar provas;

II - se a defesa não for apresentada, o Presidente da Comissão nomeará defensor dativo para oferecê-la no mesmo prazo;

III - apresentada a defesa, a Comissão procederá as diligências e a instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de dez sessões concluindo pelo deferimento ou indeferimento do pedido de autorização e oferecendo o respectivo projeto de resolução;

IV - o parecer da Comissão será lido em avulsos e incluído na Ordem do Dia da sessão seguinte de seu recebimento pela Mesa.

§ 2º Se, da aprovação do parecer por dois terços da totalidade dos membros da Casa, resultar que a acusação seja admitida, considerar-se-á autorizada a instauração do processo, na forma do projeto de resolução, proposto pela Comissão.

§ 3º A decisão será comunicada pelo Presidente da Assembleia Legislativa ao Superior Tribunal de Justiça dentro do prazo de duas sessões.

Seção XI

Do Processo nos Crimes de Responsabilidade do Governador e do Vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado

Art. 245. O processo nos crimes de responsabilidade do Governador e do Vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado obedecerá às disposições da legislação em vigor.

CAPÍTULO VII DO DECORO PARLAMENTAR

Seção I

Dos Deveres Fundamentais do Deputado

Art. 246. No exercício do mandato, o Deputado atenderá às prescrições constitucionais, regimentais e as contidas na legislação infraconstitucional, sujeitando-se aos procedimentos disciplinares previstos nos artigos seguintes e ao contido no art. 92 deste Regimento.

Art. 247. São deveres fundamentais do Deputado:

I - respeitar e cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual, as leis e as normas internas da Casa;

II - promover a defesa do interesse público;

III - zelar pelo aprimoramento da ordem constitucional e legal do Estado, particularmente das instituições democráticas, representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

IV - exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular;

V - apresentar-se durante as sessões legislativas ordinárias e extraordinárias e participar das sessões de plenário e das reuniões de Comissão de que seja membro;

VI – examinar as proposições submetidas a sua apreciação e voto sob a ótica do interesse público;

VII – tratar com respeito e independência os colegas, as autoridades, os servidores da Casa e os cidadãos com os quais mantenha contato no exercício da atividade parlamentar, não prescindindo de igual tratamento;

VIII – prestar contas do mandato à sociedade, disponibilizando as informações necessárias ao seu acompanhamento e fiscalização;

IX – respeitar as decisões legítimas dos órgãos da Casa.

Seção II Das Vedações Constitucionais

Art. 248. São incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com a perda de mandato:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissível *ad nutum*, nas entidades constantes na alínea "a" do inciso I deste artigo.

II - desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que seja demissível *ad nutum*, nas entidades referidas na alínea "a" do inciso I deste artigo;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea "a" do inciso I deste artigo;

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo.

Seção III Dos Atos Contrários à Ética e ao Decoro Parlamentar

Art. 249. Consideram-se incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar:

I - perturbar a ordem das sessões da Assembleia ou das reuniões de Comissões;

II - praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Casa.

III - usar os poderes e prerrogativas do cargo para constranger ou aliciar servidor, colega ou qualquer pessoa sobre a qual exerça ascendência hierárquica, com o fim de obter qualquer espécie de favorecimento;

IV - usar, em discurso ou proposição, expressões atentatórias ao decoro parlamentar;

V - praticar ofensas físicas ou morais a qualquer pessoa, no edifício da Assembleia Legislativa, ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou Comissão, ou os respectivos Presidentes;

VI - revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Assembleia ou Comissão tenham resolvido que devam ficar secretos;

VII - revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento na forma regimental;

VIII - usar verbas de gabinete em desacordo com os princípios fixados no *caput* do art. 37 da Constituição Federal;

IX - abusar das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros da Assembleia Legislativa;

X - a percepção de vantagens indevidas, tais como doações, benefícios ou cortesias de empresas, grupos econômicos ou autoridades públicas, ressalvados brindes sem valor econômico;

XI - celebrar acordo que tenha por objeto a posse do suplente, condicionando-o a contra prestação financeira ou à prática de atos contrários aos deveres éticos ou regimentais dos Deputados;

XII - fraudar, por qualquer meio ou forma, o regular andamento dos trabalhos legislativos para alterar o resultado das deliberações;

XIII - praticar crime ou contravenção penal.

Seção IV Das Medidas Disciplinares

Art. 250. As penalidades aplicáveis por conduta atentatória ou incompatível com o decoro parlamentar são:

I - censura verbal;

II - censura escrita;

III - suspensão de prerrogativas regimentais;

IV - suspensão temporária do exercício do mandato;

V - perda do mandato.

Parágrafo único. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a Assembleia Legislativa, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do infrator.

Art. 251. A censura verbal será aplicada, pelo Presidente da Assembleia, em sessão, ou de Comissão, durante suas reuniões, ao Deputado que incidir nas condutas dos incisos I a III do art. 248 deste Regimento.

Parágrafo único. Contra a aplicação da penalidade prevista neste artigo poderá o Deputado recorrer ao Plenário.

Art. 252. A censura escrita será determinada pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e cumprida pela Mesa, por provocação do ofendido, do Presidente da Assembleia ou por Presidente de Comissão Permanente, ao Deputado que incidir nas condutas previstas nos incisos IV e V do art. 248 deste Regimento, ou reincidir nas condutas previstas nos incisos I a III do mesmo artigo.

Art. 253. A suspensão de prerrogativas regimentais será aplicada de ofício pelo Plenário da Assembleia, por proposta do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ao Deputado que incidir nas vedações dos incisos VI a VIII do art. 248 deste Regimento, ou reincidir nas condutas dos incisos IV e V do mesmo artigo, observado o seguinte:

I - qualquer cidadão é parte legítima para representar junto à Mesa da Assembleia, especificando fatos e respectivas provas;

II - recebida a representação nos termos do inciso I deste artigo, verificada a existência dos fatos e respectivas provas, a Mesa encaminhará a representação ao Conselho de Ética, cujo Presidente instaurará o processo e designará relator;

III - O Conselho de Ética terá o prazo de trinta dias para promover a apuração sumária dos fatos, efetuando as diligências que entender necessárias, assegurando ao representado ampla defesa;

IV - O Conselho de Ética emitirá, ao final da apuração, parecer conclusivo pela procedência ou improcedência da representação, determinando seu arquivamento ou propondo a aplicação da penalidade de que trata este artigo; neste caso o parecer será encaminhado ao Presidente para leitura no expediente, comunicando a suspensão das prerrogativas regimentais indicadas.

Art. 254. As prerrogativas regimentais que serão suspensas, por proposta do Conselho de Ética votada em Plenário, são:

I - usar a palavra, em sessão, no horário destinado ao pequeno ou ao grande expediente;

II - candidatar-se a, ou permanecer exercendo, cargo de membro da Mesa ou de Presidente ou Vice-Presidente de Comissão;

III - ser designado relator de proposição;

§ 1º A penalidade aplicada poderá incidir sobre todas as prerrogativas referidas nos incisos do *caput* deste artigo, ou apenas sobre algumas, a juízo do Plenário, que deverá fixar seu alcance tendo em conta a atuação parlamentar pregressa do acusado, os motivos e as consequências da infração cometida.

§ 2º A suspensão constante no *caput* deste artigo não poderá estender-se por mais de sessenta dias.

Art. 255. Considera-se incurso na sanção de suspensão temporária do exercício do mandato o Deputado que reincidir qualquer dos atos contrários à ética e ao decoro parlamentar, após ter recebido todas as sanções descritas nos incisos I a III do art. 249 deste Regimento.

Art. 256. A suspensão temporária do mandato, de no máximo trinta dias, será aplicada pelo Plenário da Assembleia, através de Projeto de Resolução, após processo disciplinar instaurado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que apurará os fatos e as responsabilidades.

§ 1º Apresentada representação contra Deputado por procedimento punível na forma deste artigo, a Comissão Executiva emitirá parecer fundamentado determinando seu arquivamento ou o envio ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a instauração do processo disciplinar, conforme o caso.

§ 2º Recebida a representação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o seu Presidente determinará o envio de cópia ao Deputado denunciado que, no prazo de dez dias deve apresentar sua defesa escrita e indicar provas.

§ 3º Esgotado o prazo de defesa sem a apresentação da mesma, deve o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar nomear defensor dativo para oferecê-la no prazo de dez dias.

§ 4º Apresentada a defesa, o relator designado pelo Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de dez dias, concluindo pela procedência da representação ou por seu arquivamento, oferecendo, na primeira hipótese, projeto de resolução destinado à declaração da suspensão do mandato.

§ 5º Da decisão do Conselho que contrariar norma constitucional ou regimental, pode o denunciado recorrer à Comissão de Constituição e Justiça, que se pronunciará exclusivamente sobre os vícios constitucionais e regimentais.

§ 6º Concluída a tramitação do processo disciplinar, este será encaminhado ao Presidente para inclusão na Ordem do Dia, no prazo de cinco sessões.

§ 7º Quando a representação apresentada contra Deputado for considerada leviana ou ofensiva à imagem da Assembleia, os autos do processo serão enviados à Procuradoria da Assembleia para providências de defesa do Poder Legislativo.

Art. 257. Serão punidas com a perda de mandato:

I - a infração de qualquer das proibições constitucionais referidas no art. 247 deste Regimento e no art. 58 da Constituição Estadual;

II - a reincidência de qualquer dos atos contrários à ética e ao decoro parlamentar, após ter recebido a sanção constante no inciso IV do art. 249 deste Regimento;

III - a infração do disposto nos incisos III, IV, V e VI do art. 59 da Constituição Estadual.

- *Constituição Estadual - Art. 54, inciso V*

Seção V Do Processo Disciplinar

Art. 258. A sanção de perda do mandato será decidida pelo Plenário, por maioria absoluta da Assembleia, mediante provocação da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de partido político representado na Assembleia Legislativa, exceto a hipótese do parágrafo único deste artigo, e será efetivada através de projeto de resolução.

Parágrafo único. Quando se tratar de infração aos incisos III, IV e V do art. 59 da Constituição Estadual, a sanção será aplicada de ofício pela Mesa, resguardado, em qualquer caso, o princípio da ampla defesa.

- *Constituição Estadual - Art. 59, § 3º*

Art. 259. Oferecida representação contra Deputado por fato sujeito à pena de perda do mandato ou à pena de suspensão temporária do exercício do mandato, aplicáveis pelo Plenário da Assembleia, será ela inicialmente encaminhada pela Mesa ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ressalvadas as hipóteses do art. 260 deste Regimento, quando o processo tiver origem no Conselho.

Art. 260. Recebida a representação, o Conselho observará os seguintes procedimentos:

I - o Presidente do Conselho, sempre que considerar necessário, designará três membros titulares do mesmo para compor Comissão de Inquérito destinada a promover as devidas apurações dos fatos e das responsabilidades;

II - constituída ou não a Comissão referida no inciso I deste artigo, será oferecida cópia da representação ao Deputado, que terá prazo de cinco sessões ordinárias para apresentar defesa escrita e provas já existentes ou especificar as que pretende produzir;

III - esgotado o prazo sem apresentação de defesa, o Presidente do Conselho nomeará defensor dativo para oferecê-la, reabrindo-lhe igual prazo;

IV - apresentada a defesa, o Conselho ou, quando for o caso, a Comissão de Inquérito, procederá as diligências e a instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de cinco sessões ordinárias da Assembleia Legislativa, salvo na hipótese do art. 262 deste Regimento, concluindo pela procedência da representação ou pelo arquivamento da mesma;

V - quando julgada procedente a representação, será apresentado projeto de resolução apropriado para aplicação da sanção cabível, inclusive de perda do mandato ou da suspensão temporária do exercício do mandato;

VI - em caso de pena de perda do mandato, o parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça para exame dos aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental, o que deverá ser feito no prazo de cinco sessões ordinárias;

VII - concluída a tramitação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e na Comissão de Constituição e Justiça, será o processo encaminhado à Mesa da Assembleia Legislativa e, uma vez lido no expediente, será publicado no Diário da Assembleia Legislativa e incluído em Ordem do Dia;

Art. 261. É facultado ao Deputado, em qualquer caso, constituir advogado para sua defesa, sendo assegurado a este atuar em todas as fases do processo e dele tendo vista, sempre que solicitar.

Art. 262. É facultado ao Deputado, ao cidadão ou pessoa jurídica oferecer denúncia ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra qualquer Deputado que descumprir este Regimento Interno.

§ 1º Não serão recebidas denúncias anônimas.

§ 2º Poderá o Conselho, independente de denúncia ou representação, promover a apuração, nos termos deste artigo, de ato arbitrário ou contrário ao ordenamento ou omissão atribuída a Deputado.

Art. 263. As apurações de fatos e responsabilidades previstos neste Regimento poderão, quando a sua natureza assim o exigir, ser solicitadas ao Ministério Público ou às autoridades policiais, por intermédio da Mesa da Assembleia, caso em que serão feitas as necessárias adaptações nos procedimentos e nos prazos estabelecidos neste Capítulo.

Art. 264. O processo disciplinar regulamentado neste Regimento não será interrompido pela renúncia do Deputado ao seu mandato, sem prejuízo das sanções eventualmente aplicáveis.

Art. 265. Os processos instaurados pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar não poderão exceder o prazo de sessenta dias.

Seção VI Do Conselho De Ética E Decoro Parlamentar

Art. 266. Compete ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar zelar pela observância dos preceitos deste capítulo e do Regimento Interno, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar no Poder Legislativo, agindo independente de provocação.

Art. 267. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será constituído por sete membros titulares e igual número de suplentes, eleitos no início da primeira e terceira sessões legislativas para mandato de dois anos, observado, quando possível, o princípio da proporcionalidade partidária ou blocos parlamentares.

§ 1º Os líderes partidários ou de blocos parlamentares submeterão à Mesa as indicações dos Deputados que comporão o Conselho.

§ 2º As indicações referidas no § 1º deste artigo serão acompanhadas pelas declarações atualizadas de cada Deputado indicado, onde constarão as informações referentes aos seus bens, fontes de renda, atividades econômicas e profissionais, nos termos do art. 249 deste Regimento.

§ 3º Cada indicação será acompanhada, ainda, de uma declaração assinada pelo Presidente do Conselho de Ética certificando a inexistência de registros, nos arquivos e anais da Assembleia Legislativa, referentes à prática de qualquer ato ou irregularidade capitulados no art. 248 e puníveis nos termos dos arts. 251 a 257, todos deste Regimento, independentemente da legislatura ou sessão legislativa em que tenham ocorrido.

§ 4º Caberá à Mesa providenciar, durante os meses de fevereiro a março da primeira e da terceira sessões legislativas de cada legislatura, a eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho.

Art. 268. Enquanto não aprovar regulamento específico, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar observará, quanto à organização interna e à ordem de seus trabalhos, as disposições regimentais relativas ao funcionamento das Comissões, inclusive no que diz respeito à eleição de seu presidente e designação de relatores.

§ 1º Os membros do Conselho deverão, sob pena de imediato desligamento e substituição, e ainda de outras cominações legais e regimentais, observar a discricção e o sigilo inerente à natureza de sua função.

§ 2º Será automaticamente desligado do Conselho o membro que injustificadamente não comparecer a três reuniões consecutivas ou, ainda que justificadamente, a mais de seis reuniões durante a sessão legislativa.

Art. 269. O Corregedor da Assembleia Legislativa participará das deliberações do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com direito a voz e voto, competindo-lhe promover as diligências de sua alçada, necessárias aos esclarecimentos dos fatos investigados.

Seção VII Da Corregedoria Parlamentar

Art. 270. A Corregedoria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná é constituída de um Corregedor e dois Corregedores Substitutos.

Parágrafo único. O processo de eleição dos cargos referidos no *caput* deste artigo é o mesmo para a escolha da Comissão Executiva.

Art. 271. Compete ao Corregedor ou Corregedor Substituto:

I - promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná;

II - dar cumprimento às determinações da Mesa referentes à segurança interna e externa da Casa.

III - fazer sindicância sobre denúncia de ilícitos no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, envolvendo Deputados.

Art. 272. O Corregedor poderá, observados os preceitos regimentais e as orientações da Mesa, baixar provimentos no sentido de prevenir perturbações da ordem e da disciplina no âmbito da Casa.

Art. 273. Compete aos Corregedores substitutos exercerem as funções do Corregedor em seus eventuais impedimentos, de acordo com a ordem de precedência dos respectivos cargos na Mesa.

Art. 274. Em caso de delito cometido por Deputado no Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, caberá ao Corregedor ou Corregedor Substituto por ele designado presidir o inquérito instaurado para apuração dos fatos.

§ 1º Serão observados no inquérito o Código de Processo Penal e os regulamentos policiais do Estado do Paraná, no que couber.

§ 2º O presidente do inquérito poderá solicitar a cooperação técnica de órgãos policiais especializados ou requisitar servidores de seus quadros para auxiliar sua realização.

§ 3º Servirá de escrivão, funcionário estável da Assembleia Legislativa designado pelo presidente do inquérito.

§ 4º O inquérito será enviado, após a sua conclusão, à autoridade competente.

§ 5º Em caso de flagrante de crime inafiançável, realizar-se-á a prisão do agente, e serão entregues os autos ao Presidente da Assembleia Legislativa a fim de que seja decidido em Plenário sobre a prisão e formação de culpa, nos termos do § 3º do art. 57 da Constituição Estadual.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 275. Salvo disposições em contrário, os prazos assinados em dias ou sessões neste Regimento computar-se-ão, respectivamente, como dias corridos ou por sessões ordinárias da Assembleia efetivamente realizadas.

§ 1º Os prazos fixados por mês contam-se de data a data.

§ 2º Exclui-se do cômputo o dia ou sessão inicial e inclui-se o do vencimento.

§ 3º Considera-se sessão inicial a do dia em que ocorrer o fato ou se praticar o ato.

§ 4º O prazo será prorrogado até o primeiro dia útil se vencer em feriado ou em dia em que a Assembleia não tenha expediente.

§ 5º Os prazos, salvo disposições em contrário, ficarão suspensos durante os períodos de recesso parlamentar da Assembleia Legislativa.

Art. 276. Os atos ou providências, cujos prazos se achem em fluência, devem ser praticados durante o período de expediente da Assembleia ou das sessões ordinárias, conforme o caso.

Art. 277. É vedado dar denominação de pessoas vivas a qualquer das dependências da Assembleia.

Art. 278. Serão arquivadas, em qualquer fase de sua tramitação, as proposições apresentadas em legislaturas anteriores, bem como as proposições de autoria de Deputado que renunciar ao mandato.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de iniciativa do Poder Executivo, da Mesa e aos projetos vetados.

Art. 279. Durante as sessões, serão mantidos sobre a mesa principal dos trabalhos do Plenário, exemplares da Bíblia, da Constituição da República Federativa do Brasil, da Constituição do Estado do Paraná e do Regimento Interno da Assembleia Legislativa para consulta dos Deputados.